



6.

CULTURA

# INTRODUÇÃO

O setor da Cultura em 2003 apresentava pouca capacidade de investimento (recursos de R\$ 272 milhões, em 2002) e predominância do mecanismo de renúncia fiscal como forma de alocação de recursos públicos sob gerenciamento de patrocinador privado. Esses recursos, advindos a maior parte da Lei Rouanet, concentravam-se na região Sudeste, objetivamente em 3% dos produtores culturais brasileiros<sup>1</sup>, em apenas duas cidades.

A política cultural não contemplava as dimensões simbólica, econômica ou cidadã. Inexistiam ações e programas para ampliar o acesso do público ao consumo da cultura, ou seja, ao desenvolvimento de ações voltadas para o conjunto da sociedade, especialmente, à maioria apartada da fruição de bens culturais. Expressões culturais tradicionais, como povos indígenas, e setores como a produção independente para a TV e as novas mídias não recebiam estímulo do Governo.

Na estrutura do setor, havia um sobreposição entre a competência de órgãos e autarquias do Ministério da Cultura (MinC), como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Fundação Nacional de Artes (Funarte) nas áreas de patrimônio, música e artes cênicas. Os servidores provinham de outras carreiras e esferas de governo e nunca fora realizado qualquer concurso. O Iphan – autarquia criada em 1937 – realizou, em 2006, o primeiro concurso de sua história.

Os indicadores da área cultural para formulação e execução de políticas públicas eram praticamente inexistentes e não havia articulação com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o levantamento de informações sobre o tema.

## Desafios do mandato e compromissos assumidos

O Governo Federal assume, em 2003, com o compromisso de afirmar um novo papel do Estado em relação às políticas culturais para enfrentar a exclusão de milhões de brasileiros, valorizar a diversidade cultural e regional, desenvolver as artes e as linguagens e apoiar diretamente os projetos culturais de comunidades, grupos e artistas.

Para atingir esses objetivos, comprometeu-se a:

- Ofertar atividades e equipamentos em todo o País, especialmente junto à população de baixa renda.
- Abranger o conjunto dos bens simbólicos da vida nacional.
- Promover a inserção da cultura na construção do novo modelo de desenvolvimento.
- Promover crescimento econômico com qualidade de vida e usufruto de direitos sociais e culturais previstos na Constituição de 1988.
- Incorporar a cultura como direito básico da cidadania, como a moradia, a saúde e a educação.
- Valorizar a diversidade cultural brasileira como um patrimônio tão rico quanto a biodiversidade.
- Revitalizar a concepção de patrimônio – incluindo o imaterial – e reconhecer as mais de duas centenas de culturas indígenas, afro-brasileiras, ciganas e tradicionais.
- Valorizar, por meio de políticas públicas de cultura, as ricas matrizes e influências culturais que participaram da formação da nação brasileira: africana, asiática, árabe, europeia.
- Desenvolver a economia da cultura, seu imenso potencial de geração de emprego e renda, bem como fortalecer o direito autoral como fundamento dessa economia.
- Promover a cultura digital e fortalecer o Brasil como grande produtor de cinema e audiovisual no século XXI.
- Fortalecer a língua portuguesa e realizar um amplo mapeamento cultural do Brasil.
- Criar instrumentos legais para uma política cultural de Estado, de longo prazo, por meio do debate e da formulação do Plano Nacional de Cultura (PNC), da reforma da Lei Rouanet, buscando a superação do modelo exclusivo de renúncia fiscal.
- Fortalecer e descentralizar o Fundo Nacional da Cultura (FNC). Baratear o preço do livro, tornando-o acessível, e promover uma política de livro e leitura para ampliar o consumo cultural.
- Efetuar um diálogo permanente com artistas e outros segmentos da cultura, criando instâncias de participação nas decisões estratégicas.
- Fortalecer as instituições culturais e o orçamento, ampliando recursos para atingir 1% do Produto Interno Bruto (PIB) até o final do Governo, por meio de um novo modelo público de fomento.
- Ampliar o projeto Pontos de Cultura e a criação do Vale Cultura – compromissos assumidos para o segundo mandato – bem como a modernização da Lei do Direito Autoral e a criação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

1. Dados retirados do SalicWeb, que é um sistema de apresentação, aprovação, acompanhamento e prestação de contas dos projetos culturais apresentados ao Ministério da Cultura. Os dados estatísticos correspondentes estão disponíveis no site <<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet>>.

Quanto ao cumprimento da referida meta de 1% recomendada por organismos internacionais para a Cultura, o percentual destinado ao Ministério da Cultura (MinC) não só ultrapassou 1% do orçamento disponível (foi de 1,27% da receita federal de impostos em 2010) como representa um salto de 400% em relação ao percentual disponível (0,3%) em 2002. Desde que a meta foi traçada, em 2003, a base de cálculo sempre tem sido a receita federal de impostos, porque é o montante que fica disponível para custeio e investimento das áreas do Governo, já descontadas as transferências obrigatórias (como encargos previdenciários).

## O QUE FOI FEITO

Desde que assumiu, em janeiro de 2003, o Governo Federal incorporou a cultura na agenda estratégica do País, reconhecendo-a como direito social, necessidade básica da cidadania e estabeleceu o diálogo com a sociedade civil.

Com o objetivo de garantir a ampliação do acesso da população à cultura, foram criados os programas Mais Cultura, Cultura Viva e o Vale Cultura.

No segundo mandato, o Programa Mais Cultura compõe a Agenda Social – prioridade de governo – e assegura a implantação de 1.610 bibliotecas municipais (outras 1.774 foram modernizadas), 821 Cines Mais Cultura, 1.393 Pontos de Leitura e cerca de quatro mil pontos de cultura (ver: Anexo\_Nota metodológica sobre os Pontos de Cultura).

Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, consolida-se o compromisso de preservação do patrimônio histórico vinculado ao desenvolvimento econômico e social. Mais de 135 acordos de cooperação foram assinados. Ainda na área de patrimônio e memória, destaca-se a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

A política para o audiovisual fomentou a produção do cinema nacional, elevando a média de 30 filmes lançados por ano no biênio 2002/2003 para mais de 80, no biênio 2008/2009.

O Programa de Promoção da Diversidade Cultural contemplou mais de 1,7 mil iniciativas, apoiando projetos de indígenas, quilombolas e ciganos, além de estimular as manifestações lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT).

Dentre os compromissos assumidos e efetivados, destacam-se a criação do Vale Cultura e a reforma da Lei Rouanet – Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura) –, que buscam materializar a ampliação do acesso e da distribuição regional de recursos para promover a inclusão cultural.

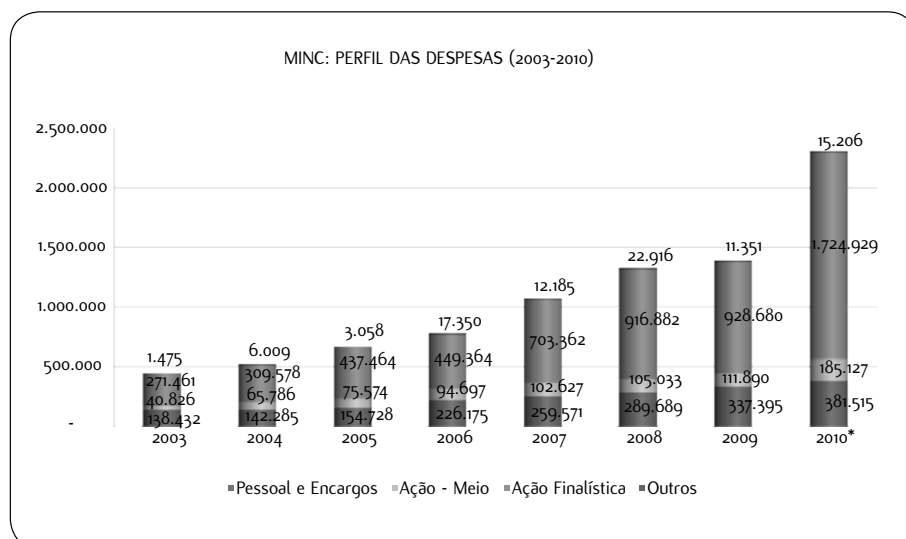
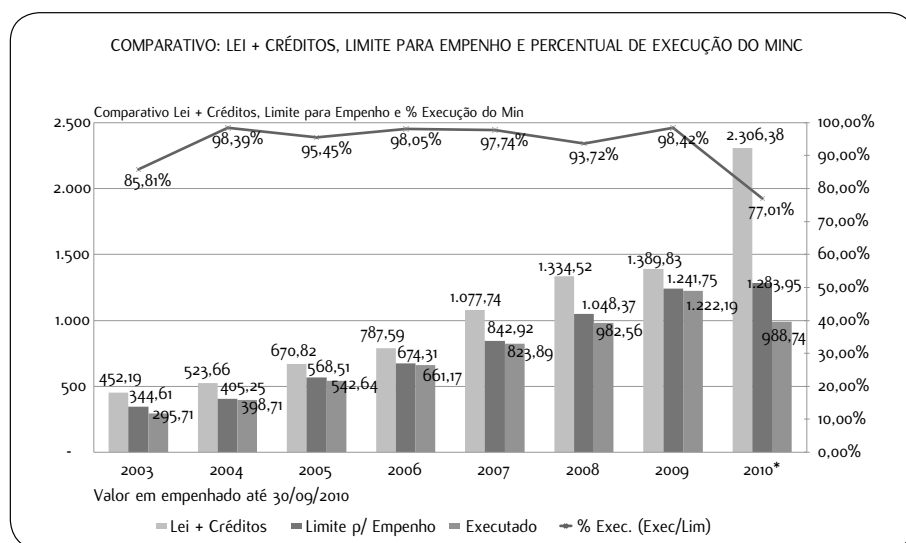
Merece atenção, também, o Primeiro Plano Nacional de Cultura (PNC), que estabelece diretrizes que orientam a gestão. Ele se articula por meio do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que já conta com a adesão de 231 cidades.

As duas conferências nacionais de cultura mobilizaram 230 mil pessoas em todo o País. A criação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) estabeleceu um efetivo canal de diálogo entre sociedade e poder público.

O Governo se comprometeu com a ampliação de recursos orçamentários, que passaram de R\$ 452 milhões, em 2003, para R\$ 2,306 bilhões, em 2010. Os investimentos culturais oriundos dos mecanismos de renúncia fiscal passaram de R\$ 359,1 milhões para R\$ 885,3 milhões, no mesmo período.

O crescimento na aplicação de recursos orçamentários e captados sob amparo da Lei Rouanet permitiu o investimento de R\$ 8,9 bilhões em projetos culturais pelo Ministério da Cultura em um período de oito anos, o melhor desempenho desde a sua criação, paralelamente a melhorias progressivas na execução orçamentária e financeira (ver gráficos 1 e 2). Os recursos destinados ao Norte e ao Nordeste se multiplicaram por 5,5. Ao todo, R\$ 660 milhões foram investidos por meio de 313 editais públicos.

Com relação à gestão de pessoas, restavam apenas 2.293 servidores no Ministério, em comparação com os 4.371 existentes antes da reforma de 1990. Faltava um plano de carreira e políticas salarial e de capacitação. Promoveu-se, então, a implantação do Plano de Carreira, a recomposição do quadro de pessoal, além de uma política de salários e qualificação. A partir de 2005, foram promovidos os primeiros concursos no MinC, preenchendo mais de 400 vagas, e mais 734 servidores foram aprovados em concursos no Ibram e no Iphan. Também foi feita uma ampla reforma no prédio-sede, que estava em situação precária.



## A) GARANTIA DO ACESSO AOS BENS E SERVIÇOS CULTURAIS

Pesquisas encomendadas a institutos mostraram o elevado grau de exclusão da população à produção e à fruição de cultura:

- Apenas 14% dos brasileiros frequentam cinema pelo menos uma vez por mês (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística/Ibope, 2006).
- Mais de 75% dos municípios não possuem sequer espaços culturais multiuso (IBGE, 2010).
- O brasileiro lê, em média, apenas 1,3 livro por ano (Instituto Pró-Livro, 2010).
- Com objetivo de ampliar o acesso da população à cultura, o Governo Federal criou os programas Mais Cultura, Cultura Viva, Vale Cultura e Cinema Perto de Você:
- A cultura se tornou parte da Agenda Social do Governo: o Programa Mais Cultura foi responsável pela implantação de 1.610 bibliotecas municipais (outras 1.774 foram modernizadas), de 821 Cines Mais Cultura, de 1.393 Pontos de Leitura e mais 2,8 mil iniciativas, totalizando mais de quatro mil pontos de cultura.
- Vale Cultura: o Programa, enviado pelo presidente da República ao Congresso Nacional, deve incorporar 12 milhões de brasileiros e suas famílias no acesso à cultura e a equipamentos culturais, como cinema, espetáculos de música, teatro e dança.
- Cultura Viva: tem no Pontos de Cultura seu principal instrumento, ajudando a amplificar iniciativas autônomas bem-sucedidas.
- Cinema Perto de Você: estimula a criação de salas de cinema em regiões em que a população não tem acesso, por meio de financiamento, desoneração tributária e outras medidas.

- Outras áreas tiveram ações como foco o acesso. Exemplos:
- Cultura Digital: estimula, por meio da ação Banco de Conteúdos, a digitalização e a oferta gratuita de acervos como os da Atlântida, Vera Cruz e de cinejornais na internet. Apoia, também, iniciativas como a Biblioteca Mindlin da Universidade de São Paulo (USP) e a digitalização de acervos particulares e públicos importantes.
- Modernização da Lei Direito Autoral: estimula a formação de novos públicos e novos modelos de negócio para a cultura, fortalecendo a circulação de cultura na internet e nos novos meios.

## Mais Cultura

Concebido em 2007, como parte da Agenda Social do Governo Federal, o Programa Mais Cultura é herdeiro e síntese do pensamento, das políticas e das ações culturais implementadas na gestão 2003-2010. Sua missão é concretizar nas cidades espaços que articulem agentes e ações e que propiciem o acesso e o manejo criativo da diversidade cultural.

Ao trazer o município para o centro de gravidade das políticas de cultura, o Mais Cultura incorpora, efetivamente, à ação dos poderes públicos, o ativo simbólico como um importante valor para o desenvolvimento e como elemento da política estratégica de Estado para reduzir a pobreza e a desigualdade.

Ao mesmo tempo, incorpora outros programas exitosos do Ministério, como o Cultura Viva, com seus Pontos, Pontinhos e Pontões de Cultura; ações de livro e leitura, de audiovisual e de desenvolvimento da economia da cultura.

O Programa Mais Cultura estrutura-se em três dimensões articuladas:

- Cultura e Cidadania, que contempla o protagonismo cultural, as identidades e a diversidade.
- Cultura e Cidades, voltado para a qualificação do ambiente social, com criação de infraestrutura nos diversos territórios.
- Cultura e Economia, focado nas questões de ocupação, renda, emprego e financiamento da cultura.

Na perspectiva de cooperação e integração, o programa articula, ainda, ações de outros ministérios, bancos públicos, organismos internacionais e instituições da sociedade civil.

No que tange à política de livro, leitura e literatura, o Mais Cultura se traduz na valorização e no fomento de espaços e iniciativas de promoção da leitura, que incluem a implantação e a modernização de bibliotecas públicas e o apoio à criação de bibliotecas comunitárias e Pontos de Leitura.

Quanto à infraestrutura cultural, além de bibliotecas, o Programa desenvolveu um novo conceito de espaço cultural – os Espaços Mais Cultura, que envolvem arquitetura convidativa, gestão compartilhada e mobilização social.

No empreendedorismo cultural, lançou os microprojetos Mais Cultura, de apoio a iniciativas culturais no Semiárido nordestino e na Amazônia Legal.

No audiovisual, constituiu a rede de Cines Mais Cultura – cineclubes dotados de equipamentos, programação e capacitação em gestão –, o FICTV Mais Cultura – programa de apoio a desenvolvimento e produção de teledramaturgia seriada para TVs públicas – e viabilizou o programa televisivo *Tô Sabendo* (TV Brasil).

### Objetivos

- Ampliar o acesso da população aos meios de fruição, produção e circulação de bens, produtos, serviços e processos culturais.
- Diminuir o déficit de infraestrutura cultural: implantar novas bibliotecas e espaços multiuso e modernizar os equipamentos existentes.
- Propiciar as condições para que todas as cidades brasileiras possam ter biblioteca pública estruturada e em funcionamento.
- Fortalecer a atual rede de bibliotecas públicas.
- Conquistar novos espaços de leitura e de fruição cultural.
- Melhorar o acesso ao livro e a outras formas de expressão artística.
- Incorporar o uso de novas tecnologias de informação e comunicação.
- Fomentar a leitura e a formação de mediadores.
- Desenvolver a economia da cultura.
- Desenvolver a cadeia produtiva do livro.
- Fomentar a distribuição, a circulação e o consumo de bens de leitura.
- Melhorar o ambiente de produção da cadeia criativa.
- Ampliar a presença no exterior da produção literária, científica e cultural editada.
- Melhorar a estruturação da cadeia econômica do artesanato.
- Desenvolver e implantar uma sólida política de fomento ao microempreendimento cultural.

- Incorporar a cultura como eixo de desenvolvimento territorial.
- Articular as políticas de cultura entre os e dentro dos três níveis de governo.

#### Data de início

4/10/2007

#### Instrumentos legais

- Programa Mais Cultura: Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007, que o institui, e Decreto nº 6.630, de 4 de novembro de 2008, que deu nova redação aos arts. 5º e 6º do Decreto nº 6.226.
- Política Nacional do Livro: Lei nº 10.753, de outubro de 2003, que regula a política do livro no Brasil.
- Desoneração fiscal da cadeia produtiva do livro: Lei nº 10.865/2004, por meio da qual editores, livreiros e distribuidores tiveram as alíquotas de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) reduzidas a zero.
- Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL): Portaria interministerial nº 1.442 (MinC e MEC), de 10 de agosto de 2006, que institui o Plano, seus eixos, objetivos e gestão.

#### Participação e controle social:

Com acordos assinados com 23 estados e o Distrito Federal, o programa já vem favorecendo a cooperação entre os entes federados e a participação social na formulação, execução, gestão, monitoramento e avaliação das iniciativas, o que fortalece a construção do Sistema Nacional de Cultura.

Comitês de Acompanhamento, compostos por representação paritária, constituem-se em instância consultiva responsável por auxiliar o Ministério da Cultura e a respectiva prefeitura no planejamento, acompanhamento, monitoramento e na avaliação da execução das ações do Programa.

O PNLL conta com os seguintes órgãos colegiados para o seu gerenciamento:

- Secretaria Executiva: o secretário é designado em portaria conjunta dos ministros da Cultura e da Educação.
- Conselho Diretivo: composto por sete membros e suplentes, representantes dos ministérios da Cultura e da Educação e de entidades representativas dos autores, dos editores de livros e de especialistas em leitura. Tem como atribuição exercer o processo decisório sobre a coordenação e o gerenciamento do PNLL e estabelecer suas macroestratégias, bem como velar pela sua efetiva implantação.
- Coordenação Executiva: composta por representantes dos ministérios da Cultura e da Educação, da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e de um representante do Colegiado Setorial de Livro, Leitura e Literatura. Responde pela execução do Plano, cumprindo as decisões adotadas pelo Conselho Diretivo e estabelecendo articulações com os projetos e ações e adotando as providências para sua efetiva divulgação e implementação.
- Conselho Consultivo: composto pelos membros do Colegiado Setorial de Livro, Leitura e Literatura, que conta com a participação da sociedade civil e de entidades representativas da cadeia criativa, da cadeia produtiva do livro e mediadora da leitura.

Há, ainda, a Pré-Conferência Setorial de Livro, Leitura e Literatura, de caráter mobilizador, propositivo e eletivo, que se constitui em uma instância da Conferência Nacional de Cultura.

No nível federal, é acompanhado pelo Conselho Nacional de Política Cultural, pelo Comitê Interministerial do Governo, pelo Comitê Técnico da Comissão do Fundo Nacional da Cultura/Setorial de Livro, Leitura, Literatura e Língua Portuguesa, nomeado pela Portaria nº 100/2010/MinC, conforme disposto nos arts. 6º e 7º da Portaria nº 58/2010/MinC. Trata-se de um órgão consultivo do Fundo Nacional Cultura.

Por fim, o blog Comunidade Biblioteca Viva é uma rede de pontos de leitura e de bibliotecas de acesso público (municipais, estaduais e comunitárias) para a troca de informações e de sugestões, de entrosamento cultural, de compartilhamento de experiências e de intercâmbio de dados culturais. Pode ser acessado pelo endereço: <http://blogs.cultura.gov.br/bibliotecaviva/>

#### Modelo de gestão

A coordenação do Programa Mais Cultura pelo Governo Federal ocorre via articulação com os entes federados para construção de pactos por meio de acordos de cooperação para a definição de metas, considerando as especificidades regionais e visando à descentralização das ações para a execução em grande escala no País.

Os acordos definem a pactuação de compromissos para a implementação e a gestão compartilhada do Programa Mais Cultura. A partir deles, mapeadas demandas e necessidades, formalizam-se convênios entre o Governo Federal e os demais entes.

### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Até 2003, não havia uma política capaz de articular os diversos setores e dimensões da cultura brasileira e os organismos públicos responsáveis pela cultura no País. Já no primeiro mandato do atual Governo foram dados passos, como a estruturação, no Ministério da Cultura, de políticas e organismos sistêmicos fundados no conceito de tridimensionalidade da cultura.

No segundo mandato, apesar dos enormes avanços verificados, em especial com a execução do Programa Cultura Viva, e dos editais em diversos segmentos da cultura, ficou claro para o Governo que não estavam vencidos ainda os desafios de garantir o pleno acesso à cultura, de estruturar uma indústria e um amplo e diversificado mercado cultural, que assegurassem o livre manejo de nossa diversidade.

Para vencer esses desafios, o Governo Federal tem criado instrumentos capazes de catalisar as energias e a inteligência de inúmeros atores políticos, econômicos, sociais e culturais. Dentre esses instrumentos, ganha relevo o Programa Mais Cultura, que se transforma no grande guarda-chuva das políticas e dos programas para o setor.

### **Resultados**

- Investimentos em livro e leitura: aumento de 240%, entre 2003 e 2010.
- Modernização de bibliotecas públicas: 1.774, incluindo aquelas realizadas por meio da descentralização. Essas modernizações contemplam desde bibliotecas municipais até as estaduais de referência.
- Implantação de bibliotecas: 1.610.
- Pontos de Leitura: premiadas 514 iniciativas em edital nacional, implantadas outras 18 e premiadas, por meio de editais descentralizados, 861 iniciativas.
- Bibliotecas Comunitárias: 55, por meio da descentralização dos recursos.
- Periódicos de Conteúdo Cultural: 12 revistas premiadas com distribuição em sete mil locais.
- Literatura de Cordel: 200 projetos em fase de habilitação.
- Agentes de Leitura: 4,8 mil<sup>2</sup> jovens em fase de capacitação.
- Espaços Mais Cultura: 56 em andamento, sendo 14 projetos no âmbito do PAC e 42 por demanda de municípios, entre 2009 e 2010.
- Microprojetos Mais Cultura no Semiárido: 1.185 projetos premiados, dentre 3.881 inscritos, com investimento de R\$ 13.026.217,40, conforme dados da Tabela 1.
- Microprojetos Mais Cultura na Amazônia Legal: 928 projetos premiados, dentre 2.702 inscritos, com investimento de R\$ 13.715.164,78, conforme dados da Tabela 2<sup>3</sup>.
- Cines Mais Cultura: 821 implantados, seja diretamente ou por meio de editais estaduais, com investimentos globais de R\$ 45 milhões.
- Acordos de Cooperação Federativa para descentralização do Programa: 339 assinados.
- Pontos de Cultura: ver dados do Programa Cultura Viva.
- FICTV: três séries de 13 episódios produzidas para a TV pública, com investimentos de R\$ 2,6 milhões.

2. Conforme dados atualizados em 20/10/2010, pela Secretaria de Articulação Institucional/MinC.

3. A defasagem temporal entre a edição dos atos normativos que embasam a criação dos Microprojetos Culturais no Semiárido e na Amazônia Legal deveu-se, em larga medida, à dificuldade de se encontrar agente financeiro dotado da capilaridade necessária ao atendimento a regiões remotas do território nacional.



## MICROPROJETOS MAIS CULTURA PARA O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Estado	Recursos (R\$)	Projetos recebidos	Projetos selecionados
Alagoas	777.258,19	295	74
Bahia	3.057.541,84	1.183	243
Ceará	1.980.100,65	571	183
Espírito Santo	293.548,33	127	28
Maranhão	490.689,72	194	52
Minas Gerais	936.052,66	279	85
Paraíba	1.836.755,51	363	169
Pernambuco	1.327.420,39	314	120
Piauí	935.961,87	146	90
Rio Grande do Norte	1.070.047,63	300	103
Sergipe	391.340,61	111	38
<b>Total</b>	<b>13.026.217,40</b>	<b>3.883</b>	<b>1.185</b>

## MICROPROJETOS MAIS CULTURA PARA A AMAZÔNIA LEGAL

Estado	Recursos (R\$)	Projetos selecionados
Acre	498.131,87	37
Amapá	245.574,90	15
Amazônas	1.396.067,93	91
Maranhão	2.908.912,34	198
Mato Grosso	2.523.356,23	166
Pará	2.694.443,25	175
Rondônia	822.280,09	58
Roraima	321.334,86	29
Tocantins	2.305.063,31	159
<b>Total</b>	<b>13.715.164,78</b>	<b>928</b>

## Espaços Mais Cultura

O Programa promove a implantação de novos espaços culturais a partir de construções e reformas. Está estruturado em quatro eixos de ação:

- **Arquitetura e Inserção Urbana:** conceitua o edifício que abrigará os espaços – sua arquitetura, sua inserção no bairro e na cidade – cuidando para que fique convidativo, que esteja aberto à comunidade, que seja confortável e de fácil manutenção. Considerando essas questões, o Governo Federal desenvolveu modelos de projetos de arquitetura que podem ser aplicados como referência pelos municípios para elaboração de seus projetos de espaços e bibliotecas.
- **Mobilização Social e Gestão:** esse eixo tem como objetivo mobilizar as comunidades que receberão equipamentos culturais antes mesmo do início das obras, promovendo o sentimento de apropriação em relação ao espaço e fortalecendo grupos da comunidade para que possam exercer a gestão do lugar, em parceria com o poder público local.
- **Mobiliário, Equipamentos e Comunicação Visual:** o mobiliário, os equipamentos e a comunicação visual são fundamentais para o funcionamento dos novos espaços. Devem estar adequados ao contexto social, ambiental e cultural dos lugares onde serão instalados, considerando a produção, a estética e a identificação regional.
- **Usos e Programação:** tem como objetivo o planejamento colaborativo dos usos e da programação cultural dos equipamentos, promovendo a participação da comunidade, especialmente de seus artistas e grupos culturais.

## Objetivo

Concretizar nas cidades espaços físicos de qualidade, que articulem agentes e ações, propiciando o acesso à cultura e viabilizando diversas formas de produção cultural.

## Data de início

4/10/2007

## Instrumentos legais

- Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007
- Decreto nº 6.630, de 4 de novembro de 2008

## Participação e controle social

Eixo Mobilização Social e Gestão (BRASIL, 2010): as atividades de reuniões e oficinas de mobilização social e capacitação, bem como de planejamento de usos e programação cultural, intervenções arquitetônicas e paisagísticas nos edifícios, exposições e eventos acontecem no chamado Canteiro Mais Cultura, um espaço aberto à comunidade, localizado junto ou próximo às obras de construção de bibliotecas e espaços Mais Cultura. Estimula-se a formação de um grupo gestor, composto por membros da comunidade, representantes de entidades atuantes na área e do poder público local e também a elaboração de um plano de usos e programação que envolva os grupos e produtores culturais locais.

## Modelo de gestão

A coordenação do Programa é do Ministério da Cultura. Em espaços com obras do PAC urbanização, os parceiros institucionais são a Caixa, o Ministério das Cidades, municípios e estados. A implantação junto aos municípios é feita por meio de convênios.

## Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Ao investir na construção de edifícios para abrigar espaços culturais em áreas desprovidas de equipamentos públicos, destaca-se a importância do espaço físico de qualidade como aglutinador e otimizador das atividades culturais, artísticas e de leitura. Considera-se que o centro cultural, assim como a biblioteca pública – esta última entendida também como espaço cultural de múltiplas atividades – devem ser espaços dinâmicos de fruição, difusão e produção cultural. Lugares atraentes, acolhedores e interativos, funcionando como instrumentos de crescimento pessoal e de transformação social, em uma articulação entre cultura, educação, ação social e desenvolvimento urbano.

Ao serem implantados em áreas com enormes carências, mas ricas em potencialidades, de alta densidade populacional e concentração de jovens e crianças, esses equipamentos incorporam as características de pontos de articulação entre comunidade, entidades e poder público para a realização de múltiplas atividades culturais, podendo tornar-se referência no território local.

O desafio que se coloca é a construção e a prática de uma metodologia inovadora de implantação de edifícios culturais públicos em áreas urbanas precárias, tendo como princípio a participação social ampla durante todo o processo.

## Resultados

O atendimento à demanda pela implantação de espaços culturais e bibliotecas tem ocorrido por meio de duas frentes:

- A primeira consiste na aplicação de modelos de projetos arquitetônicos de referência oferecidos pelo Governo Federal aos estados e municípios que desejarem aderir aos programas, implantando espaços culturais e bibliotecas em suas localidades. Hoje, o Programa Mais Cultura disponibiliza modelos de projetos arquitetônicos de referência.
- A segunda frente consiste na qualificação de projetos (de construção nova e reforma de edifícios existentes) elaborados por equipes técnicas dos municípios e estados e que passam por revisão técnica e conceitual, visando à sua adequação aos princípios do Mais Cultura.

A implantação de equipamentos em 2009 e 2010 ocorreu a partir das seguintes parcerias institucionais:

- Espaços Mais Cultura localizados em obras de urbanização do PAC: orçamento Ministério da Cultura aditado a contratos do Ministério das Cidades (MCidades)/Caixa Econômica Federal (Caixa) com prefeituras e governos dos estados, no âmbito do PAC Urbanização de Assentamentos Precários. Parceiros: municípios e estados. Total: 14 projetos.
- Bibliotecas Mais Cultura localizadas em capitais com escassez de bibliotecas públicas: orçamento Ministério da Cultura

repassado por meio de convênios em 2009, com contrapartida dos municípios. Total: nove projetos.

- Espaços Mais Cultura (Demanda espontânea 2009): orçamento MinC com repasse por meio de convênios e contrapartida dos municípios. Total: 11 projetos.
- Espaços Mais Cultura (Demanda espontânea 2010): orçamento MinC com repasse por meio de convênios, com contrapartida dos municípios. Total: 11 projetos.
- Espaços Mais Cultura – Edital 2010 para municípios com até 20 mil habitantes: orçamento MinC com repasse por meio de convênios e contrapartida dos municípios. Total: 20 projetos.

## Microprojetos Mais Cultura

Seleção pública de projetos de baixo orçamento, dirigido a pessoas de 17 a 35 anos, visando potencializar ações de instituições, grupos ou agentes socioculturais (pessoas físicas) não contemplados com os mecanismos tradicionais de financiamento. Visa contemplar iniciativas localizadas em regiões e municípios identificados como áreas de vulnerabilidade social, definidos por seus índices de violência, renda e dinâmica sociocultural.

### Objetivo

Financiar atividades socioculturais de baixo custo, voltadas para territórios com dinâmicas sociais diferenciadas.

### Data de início

1º/6/2009

### Instrumentos legais

- Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007
- Decreto nº 6.630, de 4 de novembro de 2008

### Participação e controle social

Os editais foram difundidos em colaboração com redes sociais e culturais, promovendo, inclusive, a capacitação para elaboração dos projetos. Na fase inicial – 2004 a 2008 – o MinC lançava editais federais, selecionava as instituições da sociedade civil para a execução e financiava diretamente os projetos culturais. Em 2008, o MinC descentralizou os editais para estados e municípios, cujas secretarias de cultura passaram a geri-los.

Foram realizados 11 encontros com os premiados na região do semiárido brasileiro para avaliação da ação e formação de redes de colaboração dos microprojetos.

### Modelo de gestão

Foram firmados termos de colaboração com os estados que compõem o semiárido para realização da ação e acompanhamento por parte dos entes federados.

De acordo com o estabelecido em cada edital estadual do Microprojetos para o Semiárido, foram firmadas parcerias com os municípios para as etapas de divulgação e seleção dos premiados.

Na edição Microprojetos para a Amazônia Legal, foram realizadas atividades em parceria com os estados da região.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Pela necessidade de atender uma forte demanda de financiamento de pequenos projetos culturais de artistas e agentes de cultura das regiões menos favorecidas do País.

### Resultados

- Microprojetos para o Semiárido: 3.881 inscritos, 1.185 microprojetos premiados com o investimento de R\$ 13.026.217,40.
- Microprojetos para a Amazônia Legal: 2.702 inscritos, 928 microprojetos premiados com investimento de R\$ 13.780.200,00.

## Cines Mais Cultura

Realizado pelo Governo Federal, em parceria com a Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC), o Cine Mais Cultura integra, amplia e intensifica a utilização do audiovisual nas soluções para os desafios impostos na nova política social para o Brasil no setor da cultura. Destaca-se a ação conjunta para a integração sociocultural das regiões do País, o fortalecimento da difusão audiovisual, a formação e o aprimoramento sustentável dos cineclubes e exibidores não comerciais em geral, em especial daqueles que atuam fora dos grandes centros urbanos e nas suas periferias e colaboração com a organização da exibição sem fins lucrativos no País.

O Cine Mais Cultura responde pela implantação, organização e capacitação de um circuito de pelo menos 821<sup>4</sup> Cines até dezembro de 2010.

As oficinas de capacitação, com cinco dias de duração, ocorrem por meio de parceria firmada entre o Cine Mais Cultura e o Conselho Nacional de Cineclubes Brasileiros. São conduzidas por cineclubes filiados ao conselho e direcionadas a pelo menos uma pessoa da sociedade civil por Cine e têm como objetivos levar o conhecimento da prática de exibição permanente aos integrantes da ação, fortalecer a rede criada e criar oportunidade para que ela se comunique com outros circuitos existentes.

Ainda que se reconheça a importância do movimento cineclubista para a formação e organização do público, bem como a sua prática como a mais consistente dentro do espectro não comercial, o Cine Mais Cultura não é uma ação voltada para cineclubes, mas procura tornar a atividade de exibição dos Cines – além de prazerosa – uma importante ferramenta de aproximação entre os envolvidos, desde o realizador (por meio de suas obras) até o público. Trata-se de integração e interação cultural e social.

### Data de início

4/10/2007

### Instrumentos legais

- Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007
- Decreto nº 6.630, de 4 de novembro de 2008

### Modelo de gestão

Compartilhamento de gestão da implantação dos cines com a entidade parceira e com o movimento cineclubista brasileiro – diretoria da Conferência Nacional de Cultura (CNC) e cineclubistas locais, que também são os instrutores e os monitores das atividades dos cines implantados.

### Resultados

O Cine Mais Cultura foi criado frente à falta de acesso da população brasileira aos bens e às obras audiovisuais: a TV aberta não veicula como poderia o audiovisual brasileiro, as salas comerciais de cinema estão concentradas em apenas 8% do território nacional (e em grandes centros, quase sempre em shoppings, com preços proibitivos para a maior parte da população) e, mesmo nesses cinemas, a produção brasileira não é maioria. Assim, o cineclubismo é a única saída.

Em 2006, depois de estabelecer diálogo com a sociedade civil organizada, publicou-se o edital para difusão de obras audiovisuais – Pontos de Difusão Digital (PDD) – e, em paralelo, trabalhou-se na construção da Programadora Brasil – lançada, oficialmente, em fevereiro de 2007. Os PDDs eram espaços destinados a exibições coletivas de audiovisual e a Programadora Brasil uma empacotadora de conteúdo brasileiro, que o disponibiliza para sessões sem fins comerciais.

Ao longo dos trabalhos da Programadora Brasil e do avanço do diálogo com a sociedade civil organizada, detectou-se a necessidade de união entre os dois programas e crescer oficina de capacitação não somente para o manuseio do equipamento, mas para a utilização plena das obras disponibilizadas e a criação de rede de comunicação permanente.

No final de 2007, com o lançamento do Programa Mais Cultura, esses aspectos foram incorporados e se materializaram na ação Cine Mais Cultura, com a palavra “acesso” como carro-chefe e com a missão de trabalhar pelo protagonismo da população na gestão cultural.

Notadamente, os cineclubes exibem filmes brasileiros na sua grande maioria (quando a opção é por estrangeiros, quase nunca se trata de *blockbusters* ligados a grandes *majors*) e a quantidade de curtas-metragens e de documentários é maior que a de longas-metragens, caracterizando essa atividade e esse circuito como o mais próximo da palavra-chave do Programa Mais Cultura: acesso.

<sup>4</sup> Número já atingido, segundo dados da Secretaria do Audiovisual/MinC, de 20/10/2010.

## Resultados

Além da implantação de 821 Cines Mais Cultura, pelo Brasil, foi feita a articulação deles com outros atores sociais (cineclubes ou não), dando conta da rede de comunicação em processo permanente de fortalecimento da rede do Cine Mais Cultura.

## Cultura Viva

Esta ação se concretiza no apoio a projetos de espaços culturais, denominados Pontos de Cultura, selecionados por editais públicos ou em parcerias com estados, municípios e redes dos pontos.

Os pontos de cultura envolvem iniciativas relacionadas à arte, cultura, cidadania e/ou economia solidária, conduzidas por organizações não governamentais de caráter cultural e social, legalmente constituídas, já existentes pelo menos dois anos antes de sua seleção, que, mediante editais públicos nacionais, passam a receber recursos do Ministério da Cultura por três anos, para impulsionar ações em suas comunidades, conforme o projeto apresentado.

As atividades mais comuns são: aulas de dança, teatro, música, circo, percussão e cinema; oficinas de vídeo; estúdios de áudio – na produção musical, gravação e edição; rádios e TVs comunitárias; cineclubes; ações de estímulo à leitura e bibliotecas; formação de grupos artísticos; e produção de conteúdos culturais digitais para internet.

O público-alvo do Pontos de Cultura são populações com pouco acesso aos instrumentos de produção, fruição e difusão cultural ou com necessidade de reconhecimento da identidade cultural, além de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Os Pontos se destacam por focar as comunidades, valorizando sua cultura, sua diversidade e a autonomia, atuando para a construção de cidadania e o resgate da autoestima e da cultura popular.

O programa Cultura Viva também desenvolve uma ação integrada com as escolas, por meio da Escola Viva, que visa resgatar a interação entre cultura e educação. A ideia é que cada espaço possa se transformar em um parque-escola, onde, em um segundo turno, os estudantes participam de oficinas e atividades culturais diversas, integradas ao cronograma escolar a partir de parâmetros curriculares inovadores. Essa relação entre Educação e Cultura fortalece a formação da cidadania.

Hoje, há espaços com perfil mais específico, como os Pontos de Memória, os Pontos da Saúde, os Pontos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), os Pontos de Cultura Indígena, os Pontinhos de Cultura – Espaços de Brincar – e os Pontos de Leitura. Muitos envolvem parcerias com outros ministérios (como Saúde, Justiça, Educação e Desenvolvimento Agrário), órgãos federais, como a Fundação Nacional do Índio (Funai) e organismos internacionais. Desde 2007, os Pontos integram o Programa Mais Cultura.

## Objetivo

Ampliar e potencializar o acesso das comunidades excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural.

## Data de início

Abril/2003

## Instrumento legal

Portaria MinC nº 156, de 6 de julho de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2004: cria o Programa Cultura Viva.

## Participação e controle social

Ao longo do desenvolvimento do Programa Cultura Viva, vêm sendo realizados vários encontros dos diversos pontos de cultura, conhecidos como Teias, em âmbitos estaduais, regionais e nacionais. Eles reúnem os Pontos e as comunidades envolvidas para promover uma mostra da produção cultural de cada um e debater a cultura brasileira e suas expressões regionais, além de propor estratégias de políticas públicas.

Na Teia Nacional ocorre a reunião do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, que conta com delegados oriundos dos diversos setores da sociedade civil envolvidos no Programa e eleitos, nas etapas regionais e estaduais do evento, pelos pontos de cultura.

Como resultados desses fóruns, compostos por mesas de discussões temáticas, são encaminhados propostas e documentos formais ao Governo, apresentando críticas e propostas ao Programa.

## Modelo de gestão

É conceitualmente constitutiva a noção de gestão compartilhada e transformadora, que se concretiza na participação de representantes de diversos Pontos de Cultura em momentos relevantes da implantação das ações do Programa, como reuniões de planejamento, discussão sobre ações específicas, seleção de novos pontos de cultura e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Além disso, no atual momento – de descentralização do Programa por meio de convênios com estados e municípios para a implantação de Redes de Pontos de Cultura –, a gestão compartilhada com os entes federados assume grande importância.

## Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Programa Cultura Viva foi criado para apoiar promoção, ampliação e garantia do acesso das comunidades mais excluídas do usufruto de bens culturais aos meios de fruição, produção e difusão desses bens, com vistas à ação cultural em diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas. O Pontos de Cultura se diferencia de todas as políticas culturais adotadas anteriormente, pois dispõe os recursos do Estado para que a sociedade se fortaleça e dê continuidade às suas práticas culturais, em vez de impor uma percepção estatal da cultura.

## Resultados

Hoje, chegam a quatro mil os diversos tipos de pontos de cultura (ver no Anexo 8.9 - Nota metodológica sobre os Pontos de Cultura) existentes no Governo Federal.

No Programa Cultura Viva, a União contribuiu para o apoio e o funcionamento de 2.517 pontos de cultura (em sentido estrito), atingindo cerca de oito milhões de frequentadores, com base em levantamento do Ipea (2009). Além desses, foram instalados 89 Pontos de Cultura com o objetivo de articular ações dos diversos pontos já implantados.

Cabe lembrar que o MinC adota a nomenclatura Pontos de Cultura para designar diversos tipos de iniciativas da sociedade civil vinculadas a comunidades e apoiadas pelo poder público. Sendo assim, os pontos de cultura *stricto sensu* são assim definidos: iniciativas organizadas pelas comunidades e apoiadas pelo Estado para desenvolverem ações de produção, formação cultural e geração de renda por meio da cultura, como agentes da promoção da diversidade cultural brasileira.

## Livro Aberto

O Programa contempla instalação e modernização de bibliotecas e fomento a projetos culturais na área do livro, da leitura e do conhecimento científico, artístico e literário. As seguintes ações são desenvolvidas:

- Implantação de bibliotecas: envio de *kit* com acervo de dois mil livros, mobiliário, equipamento e um telecentro digital.
- Modernização de bibliotecas: efetuada por meio de editais descentralizados, em que estados e municípios são os responsáveis pela modernização, ou por ação direta do Governo Federal, também via edital. Nesse caso é feito o envio de um *kit* com acervo, mobiliário, equipamento e telecentro digital aos contemplados ou com a premiação do projeto e repasse direto dos recursos.
- Pontos de Leitura: premiação de iniciativas da sociedade civil, com repasse de R\$ 20 mil, via edital nacional ou descentralizado.
- Bibliotecas Comunitárias: premiação de iniciativas da sociedade civil, via editais descentralizados.
- Editais para apoio à publicação de periódicos.

## Objetivos

- Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento, com equidade, qualidade e valorização da diversidade;
- Valorizar, no âmbito setorial, a reflexão, o debate cultural e a promoção da língua portuguesa;
- Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas e a difusão do conhecimento científico acadêmico e literário.

## Data de início

30/10/2003

## Instrumento legal

- Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003

### Participação e controle social

O modelo do programa do livro e leitura se baseia no Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que estabelece gestão compartilhada com representantes da sociedade civil e de entidades representativas das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura. O Plano é composto pelos seguintes órgãos colegiados: secretaria executiva, conselho diretivo, coordenação executiva e conselho consultivo. A participação da sociedade civil também se faz por meio do Colegiado Setorial de Livro e Leitura, instância do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Outra forma de participação é o Blog Comunidade Biblioteca Viva, uma rede de Pontos de Leitura e bibliotecas para a troca de informações e de sugestões, o entrosamento cultural e o compartilhamento de experiências (<http://blogs.cultura.gov.br/bibliotecaviva/>).

### Modelo de gestão

A possibilidade de contar com uma biblioteca pública é levada a todos os municípios pela interface com o Programa Mais Cultura.

O Programa de Incentivo à Leitura, com apoio do Programa Mais Cultura, capacita mediadores de leitura por meio de comitês que permitem atuação em todas as unidades da Federação, via parcerias com secretarias de Cultura e/ou de Educação e com universidades.

A Biblioteca Digital implementa a digitalização de acervos culturais, que compõem o Acervo Memória Nacional, preservando os originais para usuários de futuras gerações e democratizando o acesso a esse repertório.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Com a instituição da Política Nacional de Livro, surgiu a necessidade de reformulação. No início, as ações eram voltadas para a implantação e a modernização de bibliotecas. Com a mudança de conceito, foram contempladas, também, ações da sociedade civil, por meio da premiação de Pontos de Leitura e Bibliotecas Comunitárias, além do acréscimo da descentralização dos recursos para que estados e municípios lançassem seus próprios editais. As ações federativas visam fomentar as cadeias produtivas e criativas locais (municípios e estados). Outra mudança conceitual diz respeito à modernização, que contemplava, anteriormente, apenas acervo, e hoje inclui mobiliário e equipamento, pensando em transformar a biblioteca em um espaço cultural dinâmico. Firmou-se, também, parceria entre áreas do Governo para instalação de Telecentros Comunitários nas bibliotecas públicas municipais.

### Resultados

- Modernização e implantação de bibliotecas: foram implantadas 1.610 bibliotecas municipais e modernizadas 1.774 bibliotecas públicas (estaduais e municipais), por meio da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) ou da descentralização dos recursos do Programa Mais Cultura.
- Pontos de Leitura: foram premiadas 514 iniciativas em edital nacional, implantadas outras 18 e premiadas, via editais descentralizados, 861 iniciativas.
- Bibliotecas comunitárias: premiadas 55 iniciativas, por editais descentralizados.
- Prêmio Mais Cultura de Literatura de Cordel: premiação (em fase de habilitação) de 200 projetos.
- Edital de Periódicos de Conteúdo Mais Cultura: selecionadas 12 revistas para distribuição em sete mil locais.
- Engenho das Artes: seleção e formação de 3.887 agentes de leitura, via editais descentralizados.
- Prêmio de Literatura de Cordel: premiação (em fase de habilitação) de 200 projetos de cordel e linguagens afins.

### Cultura e Educação

O Governo Federal, por meio dos ministérios da Cultura e da Educação, estabeleceu uma relação estratégica para fortalecer a relação entre o ensino convencional e os saberes encontrados fora dos muros escolares. A fusão entre esses dois universos estimula a rotina das escolas, tornando-as mais atrativas, além de contribuir para a formação de cidadãos conscientes da realidade que os cerca. Elencamos, a seguir, algumas das ações:

- Mais Cultura e Mais Educação: o programa Mais Educação é composto por sete segmentos, um dos quais se refere à arte e cultura. O Ministério da Cultura contribui na formulação das iniciativas no campo cultural, bem como na articulação com as escolas selecionadas para inclusão de propostas de Pontos de Cultura.
- Cultura e Pensamento: estimula a reflexão e a crítica cultural, selecionando e apoiando projetos de debates presenciais e publicações. Dá suporte institucional e financeiro a iniciativas que fortaleçam a esfera pública e proponham questões e alternativas para as dinâmicas culturais do País.

- **Cultura e Universidade:** criado com o intuito de aproximar as instituições de ensino superior das políticas públicas, o Programa agrega sete ações. São elas: Programa de Extensão Universitária (Proext), Edital de Apoio às Pesquisas em Cultura (Pró-Cultura), Edital Prêmio de Pesquisa em Cultura, Edital de Apoio à Extensão Universitária com Interface no Estado de São Paulo, Projeto de Produção e Circulação Artística na Universidade e Programa Interinstitucional de Cultura das Universidades da Região Sudeste (Princ).
- **Ação Griô:** tem como meta instituir uma política nacional de transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral em diálogo com a educação formal. A mobilização inclui a coleta de assinaturas para a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular nesse sentido.

### Objetivo

Proporcionar o intercâmbio de saberes de forma a garantir às instituições autonomia e responsabilidade na formação do indivíduo e da sociedade.

### Data de início

31/8/2006

### Instrumentos legais

- Portaria Interministerial nº 1.536, de 31 de agosto de 2006: institui a Câmara Interministerial de Educação e Cultura.
- Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007: Mais Cultura.
- Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010: Mais Educação.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Criado para que a educação brasileira incorpore questões como o acesso dos cidadãos à diversidade cultural e à cultura universal e se constitua em uma política educacional de qualidade.

### Resultados

- **Cultura e Pensamento:** nas duas primeiras edições, realizadas entre 2006 e 2007, foram apoiados 23 projetos de debates e revistas. Em 2010, mais 12 iniciativas foram contempladas. O programa envolve parceria entre o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação (MEC) e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).
- **Programa de Apoio à Extensão Universitária:**
  - ✓ Em 2007 e 2008, o Programa apoiou, com até R\$ 30 mil, 146 projetos culturais de extensão universitária realizados em instituições públicas voltadas à inclusão social e que contribuem para a implementação de políticas públicas. Realizado com a colaboração da Fundação de Apoio à Universidade de São João Del Rei (Fauf), apoiou a participação de 116 instituições de ensino superior no País.
  - ✓ Em 2009, realizado em parceria com o Ministério da Educação, o programa apoiou programas em até R\$ 100 mil e projetos em até R\$ 30 mil. Foram contemplados 62 projetos.
  - ✓ Em 2010, apoiou programas em até R\$ 120 mil e projetos em até R\$ 50 mil. Foram contemplados 60 projetos culturais.
- **Programa de Apoio à Extensão Universitária em Interface com as Universidades do Estado de São Paulo:** realizado em parceria com a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, apoiou 32 projetos de extensão universitária com foco na economia da cultura, no valor de até R\$ 20 mil.
- **Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica em Cultura (Pró-Cultura) – Capes/MinC:** realizado em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tem como objetivo contribuir para a formação de nível superior nas áreas de artes e cultura, promover a articulação e o diálogo entre pesquisadores e grupos de pesquisas que atuam no campo educacional e científico da cultura. Apoiou, atualmente, 21 projetos de pesquisa em cultura, com a participação de 81 instituições de ensino superior (IES), 33 instituições vinculadas ao campo artístico-cultural (museus, associações, institutos de pesquisa etc.) e 66 bolsistas de mestrado.
- **Edital Prêmio de Pesquisa em Cultura – Políticas Públicas de Cultura:** edital de premiação de estudos e pesquisas acadêmicas de pós-graduação (especialização, MBA, mestrado, doutorado e pós-doutorado) concluídas e defendidas no período dos anos 2000 a 2010, e que tenham como tema as políticas públicas de cultura no Brasil em âmbito municipal, estadual e nacional. O resultado esperado com a seleção pública é o fomento à difusão da produção teórica, crítica, reflexiva e à pesquisa sobre cultura de cidadãos brasileiros e/ou estrangeiros residentes no Brasil há mais de três anos. Foram premiados dez trabalhos acadêmicos no valor de R\$ 10 mil.



## Cultura e Comunicação

O Governo Federal desenvolveu ações culturais específicas para o campo público da televisão, a convergência digital e o estímulo à disseminação de conteúdos artísticos e culturais, como temas prioritários para a implementação da política cultural.

Para fortalecer o campo público de televisão como instrumento decisivo para o acesso à cultura, o Governo Federal realizou, em 2007, o I Fórum Nacional das TVs Públicas. O encontro culminou na elaboração do mais completo diagnóstico desse campo e de propostas relativas à missão e ao modelo das TVs públicas. Mais tarde, as diretrizes do Fórum embasariam a criação da Empresa Brasileira de Comunicação. (Ver mais informações no eixo V. Democracia e diálogo, capítulo: Comunicação com a sociedade).

Foi desenvolvida uma série de programas que impulsionaram a participação de novos conteúdos audiovisuais nas televisões públicas brasileiras, como o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro (DOCTV) e o AnimaTV. Além disso, incluiu-se no Programa Mais Cultura uma ação específica para a produção de conteúdos para as televisões públicas dirigidos à juventude das faixas C, D e E. As ações resultaram no lançamento do Edital FICTV/Mais Cultura.

Produzido pela TV Bahia (Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia/Irdeb) e pela TV Brasil, com a participação da TV do Pará, o programa *Tô Sabendo*, *game* cultural destinado à juventude do ensino médio, é veiculado pela TV Brasil em todo o território nacional.

Em 2009, foi formulada uma proposta inicial para implementação do Canal da Cultura, com lançamento previsto para este ano. Está em fase de desenvolvimento o desenho da rede, que inclui acordo com a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), além de outros órgãos e canais do campo público.

### Objetivo

Promover a diversidade cultural e regional brasileira por meio de sua presença nos meios de comunicação.

### Data de início

2003

### Instrumento legal

- Decreto nº 6.835/2009, Canal da Cultura, com fundamento no Decreto nº 5.820/2006, que cria o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre, quatro canais públicos de TV aberta.

### Participação e controle social

As discussões do Fórum de TVs Públicas envolveram entidades representativas do setor público de televisão e do audiovisual, TVs universitárias, TVs comunitárias, TVs legislativas, expositores internacionais, autoridades do Governo Federal, secretários estaduais de Cultura e parlamentares. Suas etapas geraram diversos documentos, como diagnóstico, mapeamento e uma carta com as principais recomendações resultantes da plenária.

Convocada pelo presidente da República em abril de 2009, a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) contou com a participação da Cultura em sua etapa nacional e em algumas estaduais.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Foi criado pela necessidade de pensar a interface entre cultura e comunicação e de utilizar o sistema público de comunicação, em construção, para a difusão da diversidade cultural do País. Também pela necessidade de horizontalizar a cadeia produtiva do audiovisual, estimulando a produção independente e regional, e para criar conteúdos dirigidos aos milhões de brasileiros que ascenderam socialmente nos últimos anos.

### Resultados

- **Edital FICTV/Mais Cultura:** apoio a três minisséries dirigidas a jovens das classes C, D e E, a serem veiculadas nas emissoras públicas. Cada uma terá 13 capítulos, com custo, por episódio, de cerca de R\$ 180 mil, num total de R\$ 8 milhões para três minisséries. Investimento do MinC: R\$ 4,11 milhões repassados.

## Cultura Digital

O Governo Federal atua na formulação, no acompanhamento e na inovação de processos – projetos e políticas – que envolvem o uso das tecnologias digitais no âmbito da cultura digital brasileira. Tal frente de ação parte da produção de diretrizes em cinco eixos:

- Memória Digital (acervo, história e futuro)
- Economia da Cultura Digital
- Infovia Digital
- Arte na Era Digital
- Comunicação Digital

O programa formula, fomenta e desenvolve tecnologia livre e inovadora para: a integração e a disponibilização de acervos e de dados abertos; a produção cultural por meio de ferramentas em *software* livre para a produção de plataformas; e ferramentas que permitam governança pública.

Para a execução de tais ações, duas parcerias vêm sendo centrais: RNP, que inclui a produção de diagnósticos para o embasamento de políticas públicas e o uso de sua rede de alto desempenho, que permitirá a conexão de 11 instituições culturais no Rio de Janeiro e em São Paulo; e com a Sociedade Cinemateca Brasileira, que permite o desenvolvimento e a manutenção da plataforma [www.culturadigital.br](http://www.culturadigital.br), reconhecida com menção honrosa na edição 2010 do Prix Ars Electronica, importante prêmio mundial.

### Objetivo

Articular a integração de políticas estratégicas de Estado no que se refere ao meio digital. Tal articulação implica a cooperação entre políticas de cultura, tecnologia, infraestrutura, de acesso banda larga, de propriedade intelectual, de digitalização e disponibilização integrada de acervos culturais públicos de língua portuguesa, de uma política para a pedagogia digital e de incentivo à economia do meio digital.

### Data de início

Abril/2009

### Participação e controle social

Em um modelo inovador de gestão pública, que pode ser chamado de Gov 2.0, as ações são decorrentes de formulações estabelecidas conjuntamente por sociedade civil e Governo, visando à transparência e à colaboração, por meio da já citada rede social *on-line* [www.culturadigital.br](http://www.culturadigital.br). Destaca-se a primeira experiência no uso de *blogs* e redes sociais para a construção colaborativa de políticas públicas, no processo de modernização da Lei Rouanet, que aprofundou a consulta do Marco Civil da internet. Na posterior revisão da atual Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998), o uso desse recurso resultou em cerca de seis mil contribuições *on-line*.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A transformação da materialidade dos bens culturais em unidades de dados codificados (*bits*) representa uma profunda alteração nos processos de produção, reprodução, distribuição e armazenamento dos conteúdos simbólicos. A criação de um setor especializado para lidar com a cultura digital no atual Governo foi uma resposta ao cenário gerado pela explosão de inovação viabilizada pela convergência digital e pelo advento da produção colaborativa em rede, com base em códigos abertos (*open source*) que vêm revolucionando os conceitos do que seja acesso e os próprios fundamentos da produção social de bens culturais.

### Resultados

- Conexão da Cinemateca Brasileira (primeira das 11 instituições citadas) às Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa (Redecomeps) do Rio e de São Paulo.
- Realização do Seminário Internacional do Fórum da Cultura Digital Brasileira, em São Paulo (SP), em novembro/2009.
- Realização da Pré-Conferência Setorial de Arte Digital, na II Conferência Nacional de Cultura.
- Realização do Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais e estabelecimento de grupos de trabalho, com o objetivo de contribuir para a formulação de um Plano Nacional de Digitalização de Acervos, em São Paulo (SP), em abril/2010.

## B) FOMENTO À PRODUÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL

A diversidade cultural e regional é um dos nossos maiores patrimônios. Populações indígenas e outras minorias receberam políticas específicas. As artes passaram a ter fundos setoriais com novos recursos e gestão participativa. Por isso, o Governo Federal promoveu a reforma da Lei Rouanet, ampliando mecanismos e democratizando o acesso, por meio de mais de 250 seleções

públicas. A Cultura será contemplada no Fundo Pré-Sal. Da consulta pública, nasceu a proposta de PL para criação do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura).

A Cultura se transformou em eixo de desenvolvimento, e o MinC estabeleceu parcerias com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para linhas de financiamento e estímulo empresarial e fez a desoneração do Simples da Cultura.

**Diversidade** – Apoio direto às culturas indígenas, aos povos ciganos, à população LGBT e a iniciativas de combate à homofobia. O Governo apoiou a demarcação contínua da terra indígena Raposa Serra do Sol. Também foram apoiados os quilombolas, o movimento *hip hop* e o setor de moda e *design*. Ver detalhamento no eixo II - Cidadania e Inclusão Social, capítulo: Cidadania e Direitos Humanos.

**Cultura afro-brasileira** – Políticas de promoção e valorização dirigidas ao conjunto da população e não só aos afro-brasileiros.

**Presença na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)** – O Brasil teve atuação fundamental para a aprovação da Convenção sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais, que autoriza os Estados-Nação a ter políticas de cultura.

**Artes** – Com os editais para as artes, mais de 4,7 mil iniciativas em diversas linguagens foram além do circuito dos grandes centros urbanos.

**Estatística cultural** – O livro *Cultura em Números* reuniu informações, então dispersas, sobre oferta e demanda, indicadores, financiamento e gestão.

**Bancos oficiais** – O BNDES criou um departamento específico para economia da cultura.

**Audiovisual** – Aumentou o público de cinema nacional, com o fortalecimento das empresas nacionais, diversificação de gêneros de filme e participação no mercado externo. Mais informações no texto relativo ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro (Prodecine).

**Promoção de negócios** – Entre inúmeras ações realizadas e apoiadas, destaca-se a Feira Música Brasil, que propiciou rodadas de negócios na cadeia produtiva do setor.

## Reformulação da Lei Rouanet – Incentivo Fiscal

O mecanismo de renúncia fiscal é um dos principais eixos da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Programa Nacional de Apoio à Cultura/Pronac, Lei nº 8.313/1991, mais conhecida como Lei Rouanet). Entretanto, a concentração do fomento nessa modalidade gerou graves distorções, que o Governo Federal vem buscando reverter.

Em 2010, o Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei do Procultura (PL nº 6.722/2010), que moderniza a lei. A proposta amplia as fontes de recursos e busca aportar mais investimentos privados, confere centralidade ao Fundo Nacional da Cultura e aumenta o controle social. Além disso, instrução normativa recente simplifica os processos administrativos das iniciativas contempladas.

### Objetivos

Captar e canalizar recursos para o setor cultural, beneficiando o conjunto da cultura brasileira.

### Data de início

23/12/1991

### Instrumentos legais

- Lei nº 8.313/1991
- Instrução Normativa Conjunta MinC/MF nº 01, de 13 de junho de 1995
- Portaria nº 19, de 4 de dezembro de 1997
- Portaria nº 46, de 13 de março 1998
- Portaria nº 180, de 4 de junho de 1998
- Portaria nº 500, de 18 de dezembro de 1998
- Resolução nº 1, de 18 de setembro de 2001
- Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006
- Portaria nº 9, de 6 de março de 2007
- Portaria nº 4, de 26 de fevereiro de 2008

- Portaria nº 30, de 26 de maio de 2009
- Instrução Normativa nº 01, de 5 de outubro de 2010

### **Participação e controle social**

A aprovação dos projetos cabe à Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), que reúne Governo, especialistas e representantes dos segmentos culturais. As sessões, hoje, são transmitidas ao vivo. O Procultura amplia as atribuições da comissão e prevê a criação de CNICs setoriais.

### **Modelo de gestão**

O mecanismo funciona com base em isenção fiscal a empresas, permitindo a aplicação de parte do imposto de renda devido em projetos culturais. Elas têm sua marca incorporada aos produtos e serviços gerados. Os proponentes de projetos apoiados podem acompanhar a situação de sua iniciativa por meio de sistema informatizado. O MinC adotou várias medidas nos últimos anos – como a criação de uma central de atendimento e um banco de pareceristas – para acelerar a tramitação dos processos, com gestão informatizada. A instrução normativa recém-publicada prevê a criação de súmulas e moções para balizar decisões e a uniformização de pareceres, entre outras medidas.

### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Passados quase 20 anos de vigência, o modelo de incentivo à cultura se mostrou insuficiente para atender à crescente demanda por ações culturais e para democratizar o acesso à produção e fruição da cultura. Cerca de 70% dos recursos se concentravam em dois estados. Também com relação a linguagens, a concentração era extrema. O modelo proposto fortalece a noção de cultura como polo estratégico no desenvolvimento do País, equilibrando recursos públicos e privados.

### **Resultados**

Desenvolveram-se condições para dar um uso mais republicano aos recursos da Lei Rouanet, que se elevaram de R\$ 359,1 milhões/ano para R\$ 885,3 milhões/ano no período 2003-2010.

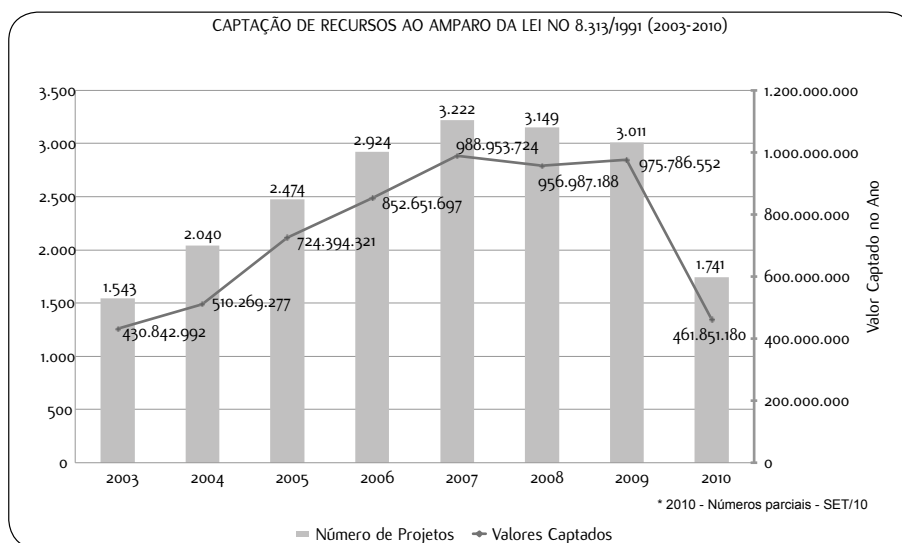
Uma das ferramentas para isso foi o Decreto nº 5.761/2006, que permite a aquisição de produtos culturais e ingressos para espetáculos com abatimento no imposto de renda, amplia o conceito de cultura e detalha as contrapartidas necessárias à democratização do acesso aos bens e serviços gerados. O decreto também abriu a possibilidade da abertura de editais por meio do mecenato. A partir disso, o Governo, por meio do Ministério da Cultura e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), intensificou sua parceria para alinhar os patrocínios das estatais às políticas públicas da área. Cresceu o uso da seleção pública por essas instituições, com destaque para Petrobras, BNDES e Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB).

Houve mais democratização do acesso aos recursos públicos oriundos de isenção fiscal de empresas estatais, por meio de editais de seleção de projetos, com desburocratização e simplificação de processos. A tabela a seguir ilustra esse processo.

INVESTIMENTOS DE EMPRESAS ESTATAIS NO SETOR CULTURAL (2003-2010)

Estatual	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 *
BNDES	7.814.851,00	8.852.129,00	9.288.445,00	8.001.363,00	11.624.059,00	13.246.501,00	15.829.404,00	31.676.306,00	18.649.243,00
Banco da Amazônia	30.000,00		1.200.208,00	2.131.253,00	1.040.090,00	1.052.708,00	338.320,00	470.938,00	426.706,00
Banco do Brasil (BB)	9.638.924,00	12.349.638,00	13.206.203,00	25.266.095,00	26.140.017,00	22.577.142,00	25.893.789,00	36.242.355,00	27.720.057,00
Banco do Nordeste		549.000,00	59.091,00		984.983,00	1.176.000,00	2.283.000,00	2.866.685,00	2.341.461,00
Caixa Econômica Federal	2.061.437,00	890.445,00	3.675.140,00	3.644.664,00	2.306.478,00	2.187.585,00	2.150.787,00	3.346.376,00	540.639,00
Eletrobras	29.474.447,00	16.215.412,00	25.800.607,00	22.876.836,00	34.900.327,00	31.115.894,00	36.996.564,00	47.525.112,00	18.043.994,00
Correios	5.528.300,00	7.036.500,00	6.405.500,00	4.948.000,00	2.307.851,00	919.628,00	2.022.179,00	1.790.500,00	855.400,00
Petrobras	78.173.296,00	107.798.611,00	107.981.496,00	207.611.555,00	230.681.110,00	186.544.162,00	158.844.729,00	140.331.038,00	80.965.441,00
<b>Total</b>	<b>132.721.256,00</b>	<b>153.691.734,00</b>	<b>167.616.690,00</b>	<b>274.479.765,00</b>	<b>309.984.915,00</b>	<b>258.819.620,00</b>	<b>244.358.772,00</b>	<b>264.249.310,00</b>	<b>149.542.940,00</b>

Fonte: Ministério da Cultura



## Fundo Nacional da Cultura (Pronac)

A Lei de Incentivo Fiscal, nº 8.313/91, mais conhecida como Lei Rouanet, tem três mecanismos de aplicação: Fundo Nacional da Cultura (FNC), Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficarts) e incentivo a projetos culturais.

O FNC é executado de forma direta (licitações, editais para bolsas e prêmios) ou descentralizada, via estabelecimento de convênio (transferências voluntárias) de recursos públicos para estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

A partir de 2003, o Governo Federal iniciou a utilização dos recursos do FNC para amenizar as distorções geradas na aplicação da Lei Rouanet na década de 1990 e no início dos anos 2000. Contudo, o montante de recursos sempre foi bastante inferior aos disponíveis pelo incentivo fiscal. Desta feita, a proposta do Procultura (PL nº 6.722/2010) moderniza a lei e incrementa recursos para o FNC.

Até o final de 2010, será executado um piloto do novo FNC, já dividido em nove fundos setoriais: Música; Circo, Dança e Teatro; Artes Visuais; Acesso e Diversidade Cultural; Ações Transversais e Equalização de Políticas Culturais; Patrimônio e Memória; Livro, Leitura, Literatura e Língua Portuguesa; Incentivo à Inovação Audiovisual; e Audiovisual, esse regido prioritariamente por lei própria.

Ainda em 2010, mediante um projeto piloto do novo FNC foram lançados 13 editais de bolsas e prêmios de fomento e incentivo à cultura.

### Objetivo

Estruturar investimentos diretos nas atividades culturais e artísticas no Brasil, gerando acesso aos bens artísticos, ampliando a oferta cultural, a promoção da diversidade e da memória, desenvolvendo a economia da cultura e induzindo a sustentabilidade dos produtores culturais.

### Data de início

23/12/1991

### Instrumentos legais

- Lei nº 8.313/1991
- Instrução Normativa Conjunta MinC/MF nº 01, de 13 de junho de 1995
- Portaria nº 19, de 4 de dezembro de 1997
- Portaria nº 46, de 13 de março de 1998
- Portaria nº 180, de 4 de junho de 1998
- Portaria nº 500, de 18 de dezembro de 1998
- Resolução nº 1, de 18 de setembro de 2001
- Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006
- Portaria nº 9, de 6/03/2007

- Portaria nº 4, de 26 de fevereiro de 2008
- Portaria nº 30, de 26 de maio de 2009

### Participação, controle social e modelo de gestão

Há formação de comitês técnicos setoriais, com integrantes do MinC e da sociedade civil, constituído por especialistas de notório saber em cada tema.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Fundo Nacional da Cultura foi previsto, na legislação brasileira, há quase duas décadas. Em quase 20 anos, no entanto, não recebeu os recursos para funcionar de maneira efetiva. Em um contexto em que imperava a renúncia fiscal, o FNC ficou praticamente esquecido.

Com base em consultas públicas, elaborou-se o projeto de lei que institui o Procultura, atualmente em trâmite no Congresso Nacional (PL nº 6.722/2010). A nova lei fortalecerá a noção de cultura como polo estratégico no desenvolvimento da economia da cultura no Brasil, equilibrando recursos públicos e privados, de forma a constituir um sistema integrado autossustentável de financiamento. É nesse quadro que o novo modelo do FNC será o centro dinâmico do sistema de incentivo à cultura, que desburocratiza procedimentos e garante que os recursos cheguem direto aos projetos, sem intermediários.

Na atual Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 –, o FNC foi protegido de eventuais contingenciamentos que poderiam comprometer sua continuidade. Essa é uma das maiores conquistas recentes do campo cultural e artístico brasileiro.

### Resultados

Apoio a 313 projetos de demandas espontâneas, da sociedade e do governo. Dentre esses, estão em curso:

Fundação Darcy Ribeiro – Visa à construção do Memorial Darcy Ribeiro, em Brasília (DF), no campus da Universidade de Brasília (UnB) conveniado em 5/5/2010, no valor de R\$ 8.563.953,13. Foram pagas as duas primeiras parcelas, no valor de R\$ 6.578.992,78, e encontra-se em execução.

Luiz Gonzaga – O projeto é composto por duas etapas: a primeira é a construção do Museu Luiz Gonzaga – conveniado com a Fundação Porto de Recife, no valor de R\$ 16 milhões. A segunda é para a Estação Cultural Luiz Gonzaga, conveniada com a Instituição Privada Núcleo de Gestão do Porto Digital, no valor de R\$ 7,5 milhões (recebeu pagamento da primeira parcela, no valor de R\$ 1.573.060,00).

Instituto Ibirapuera – Visa à criação de infraestrutura cultural do Centro de Referência da Música Brasileira - Auditório Ibirapuera (São Paulo/SP), conveniado em 1º/6/2010, no valor de R\$ 13.657.396,87. Foram pagas as duas primeiras parcelas, no valor de R\$ 2.547.404,45.

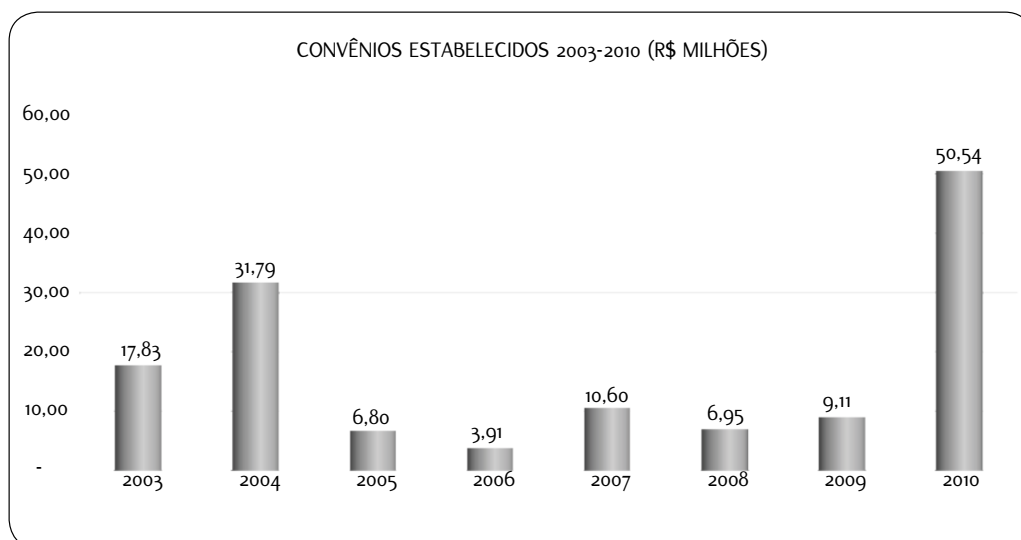
Prefeitura Municipal de Serrinha (BA) – Visa à reforma e adequação do Cine Teatro e Galeria de Arte de Serrinha, conveniado em 1º/7/2010, no valor de R\$ 2.029.438,81.

Fundação Cultural do Estado de Tocantins – Visa à realização do Festival de Circuito de Eventos Tradicionais do Tocantins, conveniado em 28/6/2010, no valor de R\$ 1.066.309,00. Paga a primeira parcela, no valor de R\$ 58.035,33.

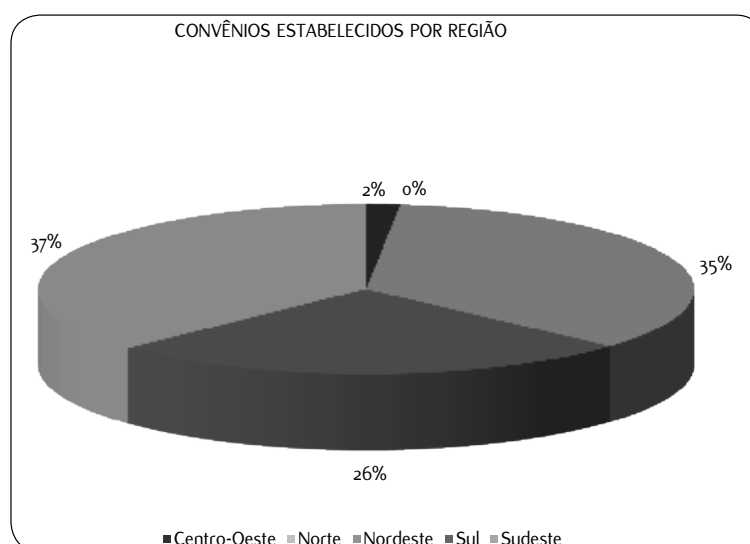
Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba – Dirigido à implantação do Memorial Sivuca, em João Pessoa. O convênio foi firmado no valor total de R\$ 8,8 milhões, sendo R\$, 7,4 milhões de repasse e R\$ 1,76 milhão referente à contrapartida.

A execução de ações com recursos do FNC apresenta oscilação quando analisada ano a ano, conforme histograma a seguir. Essa variação se explica pela falta de modernização da legislação (Lei Rouanet) e justifica a proposição do Procultura, que dará mais dinâmica ao uso dos recursos do FNC, com base nos fundos setoriais, promovendo a distribuição dos recursos públicos de forma mais equânime e transparente.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.



Fonte: Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura/MinC



Fonte: Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura/MinC

## Observatório dos Editais

A seleção pública de projetos e iniciativas culturais por meio de editais e concursos é uma prática cada vez mais adotada pelo Governo Federal como mecanismo de financiamento da política cultural e apresentou crescimento expressivo a partir de 2003. Tem como vantagem, em relação a outras formas de financiamento, mais transparência, publicidade, isonomia e democratização na relação entre o poder público e a sociedade, além de propiciar a escolha dos melhores projetos e parceiros para a execução da política pública de cultura. Assegura melhor distribuição de recursos entre regiões, segmentos e atividades culturais.



### Objetivos

- Levar maior transparência para a disputa pelo recurso público na área cultural.
- Conhecer inúmeras práticas que vêm sendo desenvolvidas.
- Cadastrar e mapear instituições, artistas e agentes culturais que desempenham importantes atividades culturais em âmbito local e regional.
- Combater as desigualdades regionais na aplicação dos recursos públicos, especialmente quando há, no edital, regras para selecionar de forma equilibrada a distribuição territorial.

### Data de início

5/11/2009

### Instrumento legal

- Portaria nº 98, de 5 de novembro de 2009

### Participação e controle social

As seleções públicas são transparentes e amplamente divulgadas no Diário Oficial da União, *sites* para grupos de discussão da *web*, jornais de grande circulação, emissoras públicas e privadas de rádio.

Devido à demanda por informações, foi criada uma área para divulgação e monitoramento das seleções públicas do Ministério e de suas instituições vinculadas, que realiza também ações na regulação, avaliação e articulação das políticas de seleções públicas da área. Os editais ficam reunidos no endereço eletrônico [www.cultura.gov.br/editais](http://www.cultura.gov.br/editais) e todas as etapas da seleção podem ser acompanhadas pela internet.

O edital se faz lei entre os candidatos aos recursos públicos que, de forma isonômica, podem vir a ter acesso a bolsas, prêmios, políticas públicas de incentivo e fomento cultural. As seleções são realizadas por comissões paritárias, compostas por representantes públicos e privados de notório conhecimento nas áreas afetas. Conforme previsão constitucional, há possibilidade de recursos para questionar a classificação, procedimento que torna disponível à sociedade ferramentas de controle.

### Modelo de gestão

Os editais são executados de forma direta (prêmios, bolsas) ou de forma indireta, com a seleção de projetos que serão agraciados mediante a formalização de convênios, termos de parcerias e congêneres com a sociedade civil – associações, organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) – ou entidades públicas dos municípios e estados da federação.

Do ponto de vista gerencial, há ações de reflexão e debate para o aprimoramento dos processos seletivos. Foi realizado, em maio de 2009, o Seminário Editais de Cultura, em Recife (PE), com a participação de gestores públicos e privados, para a troca de experiências.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Passados quase 20 anos de início da vigência da Lei Rouanet, observava-se distorções, como a concentração territorial e de proponentes. Aproximadamente R\$ 1 bilhão provinham da renúncia fiscal, por ano. Desses recursos, 80% eram captados por apenas uma das cinco regiões do País. Além disso, 50% dos valores captados se concentravam em apenas 3% dos proponentes. Não se beneficiava a cultura brasileira em seu conjunto.

Por meio da renúncia fiscal, com base na Lei Rouanet, foram disponibilizados R\$ 8 bilhões, em 18 anos. Desses, mais de R\$ 7 bilhões eram recursos dos contribuintes. A cada R\$ 10 investidos, R\$ 9,50 eram públicos e apenas R\$ 0,50, do patrocinador privado. Isso mostra que o mecanismo de renúncia fiscal é intrinsecamente ligado ao lucro e à liquidez das empresas. A cultura de um País não pode depender, majoritariamente, da *performance* das empresas privadas.

Nesse contexto, o Governo Federal, a partir de 2003, optou por ampliar as seleções públicas por meio de editais como forma de financiamento. Se comparada à Lei Rouanet, ela dá mais transparência, publicidade, isonomia e democratização na relação entre o poder público e a sociedade. Além disso, permite que o poder público escolha os melhores projetos, iniciativas e parceiros para a execução da sua política de cultura.

## Resultados

Em 2003, foram publicados 13 editais, chegando a 86 seleções públicas, em 2009. Nesse mesmo período, o número de contemplados passou de 150 para 5.013.

Entre os anos de 2003 e 2009, o montante de recursos repassados a projetos e iniciativas culturais por meio de editais cresceu de R\$ 23.781.082,00 para R\$ 249.151.457,00. Trata-se de um volume mais de dez vezes mais alto. No primeiro ano da gestão, foram 13 editais e, em 2009, 86. Ao longo de todo o período, houve 313 processos seletivos para acessar R\$ 745.022.477,00 em recursos.

No total, durante os sete primeiros anos do atual Governo, 15.641 proponentes receberam recursos do Ministério da Cultura por meio de editais. Há quatro tipos de editais: apoio a projetos, prêmio a iniciativas culturais, concessão de bolsas e intercâmbio. A definição dos valores para cada área é feita conforme as prioridades do Governo na área.

### VALORES REPASSADOS ATÉ SETEMBRO/2010

2003	R\$ 23.781.082,00
2004	R\$ 72.293.708,00
2005	R\$ 112.315.679,00
2006	R\$ 48.040.460,00
2007	R\$ 66.780.184,00
2008	R\$ 165.216.963,00
2009	R\$ 249.151.457,00
2010	R\$ 7.442.945,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 745.022.477,00</b>

Outra iniciativa relevante foi a publicação do *Guia de Políticas Culturais para Órgãos Públicos, Empresas e Instituições: Como Fazer uma Seleção Pública de Projetos e Iniciativas Culturais*. Mais de 15 mil exemplares da cartilha foram distribuídos para gestores públicos e privados, orientando e estimulando o uso de processos seletivos na área cultural. As cartilhas foram distribuídas em eventos do Ministério da Cultura e enviadas para os órgãos públicos de cultura de todos os municípios brasileiros com população maior do que 20 mil habitantes.

### QUANTIDADE DE EDITAIS E PROJETOS SELECIONADOS (2003-2010)

Ano	Número de editais	Projetos selecionados
2003	13	150
2004	29	1.265
2005	26	1.117
2006	42	1.997
2007	54	2.346
2008	63	3.753
2009	86	5.013
2010	34	1.221
<b>Totais</b>	<b>347</b>	<b>16.862</b>

Fonte: Ministério da Cultura.

\*Dados preliminares

## Programa Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural

A partir do entendimento de que todo brasileiro é sujeito de sua cultura e sua história, o Governo Federal criou o Programa Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural, que se constitui num conjunto de ações que buscam garantir o acesso às políticas culturais a segmentos da diversidade – povos indígenas, mestres de culturas populares, ciganos, afrodescendentes, população LGBT, crianças, jovens e idosos, pessoas com deficiência, pessoas em sofrimento psíquico, povos de terreiro e comunidades tradicionais – historicamente excluídos.

Os avanços ocorrem em sintonia com a Convenção da Diversidade Cultural, na Unesco, cuja efetivação teve no Brasil um dos principais responsáveis. O programa Brasil Plural permite a esses segmentos acessar meios de fomento à produção, manutenção, transmissão e circulação de bens culturais. Editais, prêmios e outras ações se dirigiram especificamente a este público.

Uma frente importante do programa foi a capacitação desses atores para viabilizar seus projetos. Outra preocupação foi o respeito à singularidade dos modos de fazer e o rompimento das barreiras práticas de acesso, seja por meio de soluções inovadoras como inscrição oral, ou da simplificação de processos.

Ao fomento, somou-se a ação política em momentos-chave, a exemplo do apoio à demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, quando do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF).

### Objetivo

Dar vazão à riqueza da diversidade cultural brasileira, garantindo que os grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade tenham acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural, considerando características identitárias por gênero, orientação sexual, cultura e saúde, trabalhadores rurais e urbanos, grupos etários, étnicos e da cultura popular.

### Data de início

2004

### Instrumentos legais

- Plano Plurianual (PPA) 2003-2007
- PPA 2008-2011

### Participação e controle social

Os segmentos da diversidade cultural têm assento nas seguintes instâncias:

- Conselho Nacional de Política Cultural
- Colegiado Setorial de Culturas Indígenas
- Colegiado Setorial de Culturas Populares
- Grupo de Trabalho LGBT

### Modelo de gestão

A coordenação da gestão é do MinC e a execução orçamentária pode ser centralizada, por meio de editais, execução de projetos e atendimento à demanda espontânea, ou descentralizada, por termos de parceria, convênios e destaques orçamentários.

Todos os segmentos da diversidade cultural tratados pelo programa possuem colegiados com representantes da sociedade civil, das secretarias e entidades vinculadas do sistema MinC, bem como representantes de outros ministérios, como Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), MEC, MS, Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Funai/Ministério da Justiça (MJ).

Os programas e ações levam em consideração as diretrizes dos conselhos nacionais, como: Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), bem como das comissões Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e Nacional de Política Indigenista (CNPI).

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Programa foi criado para viabilizar o acesso à cultura de segmentos historicamente excluídos, que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou mesmo de isolamento territorial, para promover a preservação e o desenvolvimento da diversidade cultural, proteger e promover a diversidade de expressões.

O Brasil Plural está alinhado com as principais reivindicações e plataformas relacionadas com os temas dos Direitos Humanos, entre eles: Brasil Sem Homofobia, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Igualdade Racial, Lei Maria da Penha, Estatuto do Idoso, Luta Antimanicomial.

### Resultados

De 2005 a 2010, foram publicados 20 editais de premiação, com 7.795 inscritos e 1.740 contemplados com R\$ 26.638.655,00, nos seguintes segmentos:

- Culturas Populares
  - ✓ Fomento às expressões das culturas populares 2005: 43 prêmios, R\$ 1,8 milhão executados.
  - ✓ Prêmio Mestre Duda 100 anos de Frevo 2007: 260 prêmios, R\$ 2,6 milhões executados.
  - ✓ Prêmio Humberto de Maracanã 2008: 239 prêmios, R\$ 2,4 milhões executados.
  - ✓ Prêmio Mestra Dona Isabel 2009/2010: 395 prêmios, R\$ 3,9 milhões repassados.
- Culturas Indígenas
  - ✓ Prêmio Ângelo Cretã 2007: 82 prêmios, R\$ 1,2 milhão executados.
  - ✓ Prêmio Xicão Xucuru 2008: 102 prêmios, R\$ 2,4 milhões executados.
  - ✓ Prêmio Marçal Tupã 2010: 125 prêmios, R\$ 2 milhões repassados.
- LGBT
  - ✓ Paradas Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) 2005: 23 paradas, com R\$ 535 mil executados.
  - ✓ Cultura GLBT 2006: 43 projetos, R\$ 1,1 milhão executados.
  - ✓ Cultura GLBT 2007: 22 projetos, R\$ 995 mil executados.
  - ✓ Cultura GLBT/LGBT 2008: 19 projetos, R\$ 260 mil executados.
  - ✓ Prêmio Cultura LGBT 2009: 54 prêmios, R\$ 1,2 milhão executados.
- Ciganos
  - ✓ Prêmio João Torres 2007: 20 prêmios, R\$ 200 mil executados.
  - ✓ Premio Culturas Ciganas 2010: 30 prêmios, R\$ 300 mil repassados.
- Idosos
  - ✓ Prêmio Cultural Pessoa Idosa 2007: 20 prêmios, R\$ 400 mil executados.
  - ✓ Prêmio Inezita Barroso 2010: 40 prêmios, R\$ 800 mil repassados.
- Pessoas em sofrimento psíquico
  - ✓ Loucos pela Diversidade 2009: 55 prêmios, R\$ 675 mil executados.
- Juventude
  - ✓ Prêmio Hip Hop – Preto Ghoz 2010: 135 prêmios, R\$ 1,8 milhão repassados.
- Pessoa com Deficiência
  - ✓ Prêmio Arte Cultura Inclusiva 2010: 30 prêmios, R\$ 375 mil repassados.

### Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec)

O Prodec é focado na formulação e implantação de projetos voltados para a promoção e a dinamização das atividades e cadeias produtivas dos principais segmentos da economia da cultura no Brasil, abrangendo todos os setores que envolvem criação artística ou intelectual, individual ou coletiva, de produtos e serviços ligados à fruição e à difusão de cultura, a saber: música, audiovisual, publicações culturais e artísticas, artes cênicas e visuais; internet, televisão e radiodifusão; artesanato, festas e artes populares; programas e equipamentos digitais; arquitetura, *design* e moda.

O Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura e do Programa Engenho das Artes viabiliza ações para a promoção de negócios e a difusão de conteúdos de setores culturais, a realização de estudos para o desenvolvimento da economia da cultura, a capacitação de empreendedores e empreendimentos culturais em gestão empresarial e a produção, a divulgação e a fruição de produtos e serviços culturais, por meio das quais também são executados os projetos do Programa Brasil Arte Contemporânea, criado em 2009 e que será proposto para compor o PPA 2012-2015.

O Brasil Arte Contemporânea é um programa integrado de promoção à internacionalização da arte brasileira, realizado como parceria entre diversas instâncias do Governo Federal, como Ministério da Cultura, Ministério das Relações Internacionais, Funarte, Iphan, Ibram, a Agência Brasileira de Apoio à Exportação (Apex) e instituições – como a Fundação Bienal de São Paulo, a Fundação Bienal do Mercosul e, também, colecionadores e outras instituições sem fins lucrativos da sociedade civil vinculadas ao mercado de arte. Tem como objetivo ampliar o volume de negócios gerados pela exportação de artes visuais; possibilitar a ampliação do conhecimento do cenário artístico brasileiro por parte dos colecionadores, críticos, curadores e formadores de opinião internacionais.

### Objetivos

- Realizar estudos a partir do levantamento de dados sobre as atividades dos diversos segmentos culturais, visando subsidiar formulação, implantação e avaliação das ações de fomento e incentivo.
- Capacitar empreendedores, por meio de qualificação e atualização de profissionais de entidades e de empresas culturais em gestão de empreendimentos culturais, visando ampliar sua inserção no mercado interno e externo.
- Promover negócios culturais, com o apoio a eventos de negócios voltados para exposição e distribuição de produtos e serviços culturais, visando à ampliação do volume de negócios, o aumento das exportações, ampliando o consumo e o acesso aos bens culturais dos diversos setores.
- Conceder financiamento a empreendedores culturais, dando apoio às instituições de fomento e de financiamento para a formulação de produtos adequados às necessidades dos segmentos da economia da cultura.

### Data de início

7/4/2008

### Instrumentos legais

- Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008: institui o PPA 2008-2011 e o Prodec.
- Portaria nº 61, de 20 de agosto de 2009: institui o Programa Brasil Arte Contemporânea.

### Modelo de gestão

A execução das ações no âmbito do Prodec pressupõe parcerias institucionais com órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais), órgãos internacionais, serviços sociais, fundações e associações setoriais e outras organizações com reconhecida capacidade de atuar diretamente junto aos empreendedores do setor, por meio de acordos de cooperação, termos de parceria, convênios e contratos. A gestão dessas ações é realizada por meio de comitês gestores intrasetoriais e intersetoriais, como o Comitê Gestor e o Grupo Técnico para as Contas Públicas da Cultura, composto pelos ministérios da Cultura, Fazenda e Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), para coordenar os trabalhos de levantamento de dados e desenvolvimento de indicadores sobre a economia da Cultura.

### Participação e controle social

Rede Música Brasil: composta pelas principais entidades associativas das cadeias criativas e produtivas, que participam da formulação e implementação das ações de apoio à produção, à circulação e à difusão de eventos, produtos e serviços, além da capacitação de produtores e artistas em gestão de empreendimentos culturais.

Comitê Brasileiro de Internacionalização e Economia da Arte Contemporânea: composto por instituições públicas e privadas do setor artístico nacional, com o objetivo de operacionalizar as ações de fortalecimento do mercado interno das artes plásticas e visuais, bem como promover a internacionalização do segmento.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O programa promove o desenvolvimento da economia da cultura por meio de ações de fomento e incentivo diferenciadas das políticas de desenvolvimento de outros setores da economia. A economia da cultura no Brasil abrange diversos setores produtivos, para além das indústrias criativas, e integra as atividades e cadeias criativas e produtivas voltadas para a informação e o entretenimento, cuja projeção de crescimento é de 10% ao ano, na próxima década. Esse potencial de crescimento é bastante elástico, pois o setor depende pouco de recursos esgotáveis e investe muito em recursos renováveis, uma vez que seus insumos são baseados na criação artística e intelectual e na inovação tecnológica e cultural.

- Geração de produtos e serviços com valor agregado.
- Geração de emprego e consumo com remuneração e produção diversificadas.
- Geração de alto efeito multiplicador para outros segmentos da economia que dependem da produção de conteúdos.
- Produção de externalidades pouco negativas e com baixos impactos ambientais e econômicos para a produção e distribuição de produtos e serviços.
- Muitas aspectos externos positivos e com altos impactos sociais e políticos para a inclusão e a informação de produtores e consumidores.
- Difusão e inserção dos produtos e serviços culturais nacionais nos mercados internacionais.

### Resultados

- Promoção de Negócios e de Conteúdos: 950 mil pessoas assistiram às apresentações e exposições, 13,2 mil participaram de oficinas e palestras e mil empreendedores realizaram rodadas de negócios em feiras e festivais culturais, como as Feiras Música Brasil de 2007 e 2009.
- Produção e Difusão de Conteúdos: 190 mil exemplares de revistas publicados, 5,5 mil exemplares de livros publicados, dois mil exemplares de DVDs produzidos.
- Qualificação de Artistas, Artesãos e Produtores Culturais: 310 pessoas capacitadas e 1,6 mil espectadores das palestras.
- Extensão e Produção de Pesquisas em Economia da Cultura: 62 projetos apoiados.
- Publicações de Estudos e Pesquisas em Economia da Cultura: feitas quatro publicações, com 18,5 mil exemplares e arquivos disponibilizados na internet.
- Produção de Estudos de Cadeias Produtivas, Modelos de Negócios e Indicadores da Cultura: três pesquisas e 31 estudos produzidos.
- Capacitação em Gestão de Empreendimentos Culturais: 300 artistas, artesãos e produtores capacitados.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Engenho das Artes: Política de Apoio às Linguagens Artísticas

O Programa faz a necessária ponte entre criação, produção e acesso, com foco nas linguagens artísticas e em sua multiplicidade de vertentes. Promove a circulação do trabalho de artistas jovens e consagrados, tradicionais e inovadores, eruditos e populares, tanto nos circuitos comerciais tradicionais dos grandes centros urbanos quanto fora deles, em todas as regiões do País, bem como o acesso do público a essas criações. São desenvolvidos e apoiados espetáculos, oficinas, festivais e diversas outras atividades.

Nos últimos oito anos, o Engenho das Artes foi um dos carros-chefes para atuar em três dimensões centrais de desenvolvimento: do potencial artístico brasileiro; da economia das artes, com base em suas cadeias produtivas; e das artes como instrumento de cidadania. Para isso, implantou e modernizou espaços culturais em todo o País, capacitou artistas, técnicos e produtores de arte, fomentou projetos, estudos e pesquisas e premiou exemplos de excelência nas manifestações consagradas.

### Objetivos

Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira, com ênfase nas áreas de música, artes cênicas (divididas em circo, dança e teatro), artes visuais e artes integradas.

### Data de início

1º/1/2004

### Instrumento legal

- PPA 2004-2007

### Participação e controle social

Foram estabelecidas parcerias institucionais federais, estaduais e municipais, de forma a abranger a sociedade civil mediante debates com o meio artístico e seus representantes, eleitos em todos os estados da federação, reunidos em colegiado

nas áreas de atuação desse programa. Em reuniões, encontros, seminários e comunicação via internet, esses representantes fizeram sugestões, reivindicações, detectaram os nós da cadeia produtiva e apresentaram propostas de construção de programas e políticas públicas para desenvolver o setor.

### **Modelo de gestão**

Duas diretrizes principais pautaram as ações: o uso crescente de editais e a descentralização dos recursos, com aumento significativo do aporte financeiro para as artes em todas as regiões brasileiras.

### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Foi criado para superar o desconhecimento das artes e da cultura brasileira, bem como dos trabalhos produzidos nas diversas regiões do País. Além disso, para reduzir o hoje elevado custo de produção (que, em grande parte, se deve à falta de cobertura proveniente da bilheteria) e a carência de formação profissional para as artes – gargalos que dificultam a sustentabilidade das atividades artísticas e comprometem a formação crítica, a escolha, a valorização individual e coletiva e, sobretudo, a construção de um sentimento de pertencimento à Nação.

### **Resultados**

- Iniciativas fomentadas realizadas: 4.744.
- Iniciativas fomentadas a realizar: 708.

## **Programa Cultura Afro-Brasileira**

O Programa consiste em políticas culturais que associam estratégias de promoção de oportunidades para a população negra a ações de conservação e proteção do patrimônio cultural afro-brasileiro, envolvendo iniciativas voltadas às comunidades das periferias dos grandes centros urbanos e em comunidades tradicionais.

O Governo Federal tem realizado políticas abrangentes de promoção e valorização da cultura afro-brasileira direcionadas ao conjunto da população e não apenas aos afro-brasileiros. No âmbito da Cultura, elas são realizadas em parceria com diversos ministérios e órgãos do poder público e da sociedade civil.

Ao longo dos últimos oito anos, a cultura afro-brasileira passou a contar com ações estruturadas e linhas estratégicas e passou, então, a integrar definitivamente a política cultural brasileira. O financiamento passou a ser feito a partir de diretrizes e políticas públicas, discutidas com o setor e realizadas de forma transversal com outros órgãos do Governo Federal e em ações integradas com estados e municípios.

### **Objetivos**

- Proteger e, ao mesmo tempo, promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiro com ações que ampliem o acesso da população negra à cultura e da população em geral à cultura negra.
- Viabilizar políticas públicas integradas para o reforço à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos oriundos da matriz africana formadora da sociedade brasileira.
- Promover o direito de acesso à cultura e à indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras. Uma das missões fundamentais da Cultura é contribuir para uma segunda abolição, que não está no papel, mas no campo das consciências, da cultura brasileira.

### **Data de início**

1º de janeiro de 2004

### **Instrumentos legais**

- Lei nº 10.933/2004 (PPA 2004-2007)
- Lei nº 11.653/2008 (PPA 2008-2011).

### **Modelo de gestão**

Execução direta, por meio de licitações, editais de prêmios e bolsas e execução descentralizada, mediante a realização de convênios, termos de parcerias e outros instrumentos jurídicos com estados, municípios, instituições privadas sem fins lucrativos

e movimentos sociais. No campo das intersetorialidades, a Fundação Cultural Palmares (FCP) tem parcerias com a Seppir, com o Ministério Público, com os ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Agrário, do Trabalho, da Educação, do Meio Ambiente, dentre outros.

### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

As comunidades de tradição africana, especialmente as remanescentes de quilombos, enfrentam problemas como o difícil acesso a bens e serviços sociais; infraestrutura precária; baixa escolaridade; desemprego; déficit de moradia; baixa renda; mortalidade infantil; desconhecimento dos direitos e instrumentos legais de defesa.

De um total de 743 comunidades quilombolas identificadas, em 2007, 96% ainda não possuíam titulação e registro de propriedade das terras.

As condições de saúde dos mais velhos, detentores da memória do grupo, bem como a crescente onda de intolerância contra essas comunidades, contribuem para a precarização da preservação e reprodução de tradições afro-brasileiras.

Esses problemas impactam na sua inclusão na cultura brasileira. Some-se a isso o abandono do patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira, carente de um inventário de ações de preservação de seus bens.

### **Resultados**

- 1.523 comunidades quilombolas certificadas e 384 comunidades assistidas juridicamente.
- 199 projetos apoiados por meio de convênio ou execução direta.
- Realização das iniciativas culturais por meio de execução direta ou apoio via transferência voluntária de recursos: África Brasil, Mostra Pan-Africana de Cinema e Arte Contemporânea e a Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, IV Congresso de Pesquisadores Negros (Copene), série de encontros O Negro na Universidade: o Direito à Inclusão, II Encontro Ibero-americano de Ministros da Cultura para a Agenda Afrodescendente, I Encontro de Mestres de Capoeira, I e II Fórum Performance Negra, Expresso Brasil na Copa, Back to Black I e II.
- Instituição de uma política de democratização da seleção pública por meio de editais, com livre acesso e concorrência entre diversas instituições destacando-se:
  - ✓ Iniciativas culturais que propõem celebrar o aniversário da FCP: sete projetos apoiados, até agosto de 2010.
  - ✓ Iniciativas culturais para celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra: 15 projetos apoiados na primeira edição, em 2009, e com projeção de apoiar 45 projetos na edição de 2010.
  - ✓ 1º Prêmio de Expressões Culturais Afro-Brasileiras, 2010, com apoio financeiro da Petrobras e parceria de execução com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento (Cadon): 20 projetos apoiados.
  - ✓ Prêmio Palmares de Comunicação, 2004: 17 projetos apoiados.
  - ✓ Concurso Personalidades Negras do Rio Grande do Sul, 2006: 12 projetos apoiados.
  - ✓ Concurso Estátua Zumbi dos Palmares, 2008: três propostas premiadas.
- Preservação de 456 bens e acervos dos patrimônios histórico, artístico e arqueológico afro-brasileiros.
- Inauguração do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, em Alagoas, em 2007.
- Realizados 119 intercâmbios culturais afro-brasileiros.
- Atendidas 560 comunidades quilombolas para a promoção de seu etnodesenvolvimento.
- Apoiados 30 pesquisas e estudos sobre cultura e patrimônio afro-brasileiro.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.



## RESUMO DAS AÇÕES DO PROGRAMA CULTURA AFRO-BRASILEIRA – EXECUÇÃO FÍSICA

Ano	Projeto apoiado	Comunidades atendidas	Comunidades assistidas	Centros construídos (%)	Pessoas capacitadas	Bens preservados	Intercâmbios realizados	Estudos/pesquisas realizadas	Redes implantadas (%)	Produtos difundidos	Público atendido	Eventos realizados
2003	13			1	880	8	10	1				
2004	38			0	250	8	20	8	14			
2005	23	103		0	920	10	41	4		34		
2006	62	36	104			146	18	11		22	2.693	
2007	32	378	261			235	9	6		45.000	10.661	
2008	8	13	2	6		37	7			13		
2009	22	20	3	4,00		7	4			8		6
2010 (até julho)	1	10	14	0,03		5	10					
2010-julho a dez	12	3	0	4,97		1	1	2		4		

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal (Sigplan) - exceto 2004

Obs. 1: Para a apuração da meta física e financeira, considerou-se os Restos a Pagar de cada ano.

Obs. 2: Bem preservado = ação orçamentária Proteção às Comunidades Negras Tradicionais, proteção aos bens culturais das comunidades negras tradicionais, preservação de bens culturais materiais e imateriais do patrimônio histórico, artístico e arqueológico.

Obs. 3: Dados de 2004 tiveram como fonte o Relatório de Gestão FCP 2004

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES DO PROGRAMA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Ano	Projeto apoiado	Comunidades atendidas	Comunidades assistidas	Centros construídos	Pessoas capacitadas	Bens preservados	Intercâmbios realizados	Estudos/pesquisas realizadas	Redes im-plantadas	Produtos difundidos	Público atendido	Eventos realizados
2003	1.110.476,00			1.531.824,00	250.000,00	64.949,00	81.340,00	77.092,00				
2004	1.774.976,00				149.615,00	819.245,00	249.699,00	381.618,00	965.210,00			
2005	1.957.594,00	759.147,00			561.632,00	1.073.180,00		422.772,00	5.300,00	798.536,00		
2006	2.945.707,00	864.014,00	61.707,00		150.000,00	1.277.386,00	853.421,00	361.745,00		785.555,00	42.771,00	
2007	2.394.124,00	10.649.294,00	67.339,00			1.239.908,00	862.459,00	188.385,00		600.575,00	105.300,00	
2008	2.592.521,00	4.226.075,00	11.768,00	104.637,00		431.075,00	456.374,00	124.200,00		341.519,00		
2009	1.115.012,09	472.464,00	9.330,92	248.099,80		826.203,13	834.059,77	248.000,00		232.891,53	79.584,00	1.350.000,00
2010 (até julho)	175.449,07	310.169,00	30.000,00	108.893,25		570.650,27	310.344,00	105.468,00		126.000,00		
2010 (julho a dezembro)	1.796.794,74	189.831,00	0,00	991.106,75		429.349,73	439.656,00	494.532,00		199.000,00		

Fonte: Sigplan (exceto 2004)

Obs.1: Para a apuração da meta física e financeira, considerou-se os Restos a Pagar de cada ano.

Obs. 2: Bem preservado = ação orçamentária Proteção às Comunidades Negras Tradicionais, proteção aos bens culturais das comunidades negras tradicionais, preservação de bens culturais materiais e imateriais do patrimônio histórico, artístico e arqueológico.

Obs. 3: Dados de 2004 tiveram como fonte o Relatório de Gestão FCP 2004.

## Programa de Fomento à Produção, Formação e Difusão Audiovisual

O Programa desenvolve ações pautado na articulação da produção, formação e difusão audiovisual. O entendimento é que o fomento à produção de conteúdos audiovisuais tem pouco resultado, se não for acompanhado de ações de formação e estímulo à difusão dos mesmos. Destacam-se entre as ações do programa:

- Editais de fomento à produção audiovisual brasileira, que apoiam a produção de filmes de longa metragem de baixo orçamento e de curta metragem, além de editais de apoio ao desenvolvimento de roteiros cinematográficos.
- DOCTV, que incentiva a produção e a difusão na rede pública de televisão de documentários produzidos nas 27 unidades da Federação (UFs).
- FicTV, que apoia o desenvolvimento, a produção e a difusão de teledramaturgia seriada para TVs públicas, voltada à juventude brasileira das classes C, D e E.
- AnimaTV, que sistematiza ações de capacitação, coprodução, teledifusão, distribuição e promoção à exportação de séries de animação para a TV pública.
- BRGames, que fomenta a produção e a promoção internacional de jogos.
- Revelando os Brasis, que apoia a produção e a exibição de vídeos realizados por moradores dos municípios com até 20 mil habitantes, a partir de histórias escritas pelos próprios realizadores.
- Olhar Brasil, que forma profissionais em audiovisual e apoia a produção local, por meio dos Núcleos de Produção Digital, presentes em 13 estados brasileiros.

### Objetivos

- Estimular a indústria brasileira de audiovisual.
- Apoiar a produção audiovisual independente.
- Articular um circuito nacional de difusão de conteúdos audiovisuais independentes.
- Estimular a criação de ambientes de mercado para os conteúdos audiovisuais em suas diversas linguagens.
- Estimular a formação audiovisual.
- Criar oportunidades de acesso aos meios e técnicas para a produção audiovisual.
- Promover a inclusão social.

### Data de início

2004

### Instrumentos legais

- PPA 2004-2007
- PPA 2008-2011

### Participação e controle social

Todas as ações são orientadas a partir de reuniões periódicas com as entidades representativas do setor audiovisual e com o Conselho Consultivo, e com a participação nas reuniões do Conselho Nacional de Política Cultural.

### Modelo de gestão

Destaca-se o modelo de gestão do DOCTV, que em suas quatro edições realizou concursos nos 27 estados brasileiros, a partir de polos estaduais articulados pelas TVs públicas e produtores independentes locais.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Programa diferencia-se do modelo tradicional de fomento, compreendendo outras ações complementares voltadas para a formação audiovisual e o estímulo à difusão dos conteúdos produzidos. Visando aprimorar os conteúdos produzidos, foram realizadas oficinas de formação com os proponentes contemplados nos editais. As ações de difusão são essenciais para o incentivo ao desenvolvimento da indústria audiovisual brasileira, uma vez que dá visibilidade aos conteúdos produzidos.

## Resultados

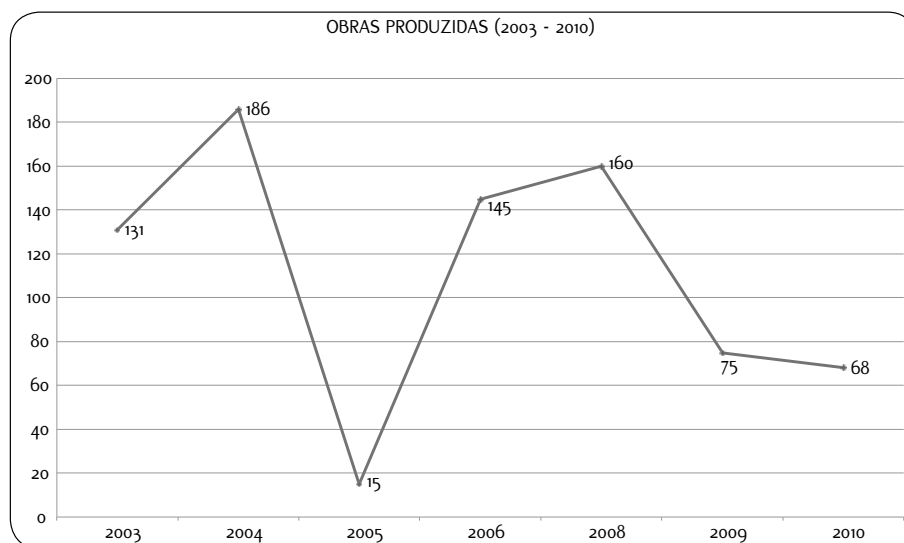
- AnimaTV: produção de 17 séries de animação e seus respectivos pilotos, exibidos em 2010 pelas emissoras públicas de TV. Depois de pesquisa de público, duas séries completas de 13 episódios foram escolhidas para serem produzidas e exibidas na TV pública, em 2011. Entre obras produzidas e em processo de produção, são 43 episódios de animação.
- BRGames: nas três edições do Programa, foram produzidas 28 obras. Em 2010, deve ser lançada nova edição, com a previsão de apoio a 15 novas obras.
- DOCTV: em quatro edições, o Programa possibilitou a coprodução e teledifusão de 131 documentários oriundos de todos os estados brasileiros. Ainda em 2010, está programado o lançamento da quinta edição do programa, que deve gerar mais 27 documentários.
- Editais de fomento à produção audiovisual brasileira: desde 2003, foram produzidas 501 obras (longas de baixo orçamento, curtas e roteiros cinematográficos).
- FicTV: na primeira etapa do concurso, foram produzidos oito pilotos de minisséries de teledramaturgia. Na segunda etapa, atualmente em curso, serão produzidas três minisséries completas de 13 episódios, cada, totalizando 47 obras produzidas.
- Olhar Brasil: foram criados 13 Núcleos de Produção Digital, espaços de formação audiovisual: Aracaju (SE), Belém (PA), Boa Vista (RR), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Florianópolis (SC), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Natal (RN), Niterói (RJ), Rio Branco (AC), São Carlos (SP) e Teresina (PI).
- Revelando os Brasis: nas três primeiras edições do programa, realizadas entre 2004 e 2009, foram produzidos 120 vídeos, entre ficções e documentários. Em 2010, foram selecionados mais 40 projetos, cujos autores participarão de oficinas e realizarão seus vídeos até dezembro de 2010<sup>5</sup>

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

### EDITAIS - SECRETARIA DO AUDIOVISUAL (SAV)/MINC – OBRAS PRODUZIDAS POR AÇÃO (2003-2010)

Ações	2003	2004	2005	2006	2008	2009	2010	Total
BRGames	-	8	10	-	-	10	-	28
DOCTV	26	35	-	35	35	-	-	131
Editais de Fomento	105	103	5	70	85	65	68	501
Revelando os Brasis	-	40	-	40	40	-	-	120
<b>Total geral</b>	<b>131</b>	<b>186</b>	<b>15</b>	<b>145</b>	<b>160</b>	<b>75</b>	<b>68</b>	<b>780</b>

5. Os 40 projetos selecionados em 2010, no âmbito do edital Revelando os Brasis não foram computados na Tabela 8, por ainda não terem sido concluídos todos os procedimentos formais necessários à conclusão do processo.



## Programa de Distribuição e Exibição Audiovisual

Cinema e televisão não são os únicos canais para difusão de conteúdos audiovisuais. Distantes das políticas públicas tradicionais durante décadas, outros circuitos – cineclubes e outros espaços de exibição não comercial – ganharam força e apoio nos últimos anos. A esses, somam-se novos mecanismos de distribuição: a Programadora Brasil e o Cine Mais Cultura, anteriormente mencionados.

Lançada em 2005, a Programadora é fruto de uma parceria estratégica com a Sociedade Amigos da Cinemateca. A ação disponibiliza filmes e vídeos brasileiros para locais de exibição (escolas, universidades, cineclubes, centros culturais e pontos de cultura), formando circuitos alternativos. Por meio dessa parceria, o Governo aplicou, anualmente, R\$ 2 milhões para curadoria, programação, contratação de títulos, digitalização, autoração e lançamento de novas coleções de DVDs, além das ações de comunicação e ampliação de circuito.

Já o Cine Mais Cultura disponibiliza, por meio de editais e parcerias, equipamento audiovisual de projeção digital, obras brasileiras do catálogo da Programadora Brasil e oficina de capacitação cineclubista, atendendo periferias de grandes centros e municípios priorizados pelo Programa Territórios da Cidadania.

### Objetivos

- Ampliar as oportunidades de difusão da produção audiovisual brasileira.
- Favorecer o encontro e a integração do público brasileiro.
- Contribuir para a formação de plateias e o fomento do pensamento crítico em torno do audiovisual brasileiro.

### Data de início

2005

### Instrumentos legais

- PPA 2004-2007
- PPA 2008-2011

### Participação e controle social

Todas as ações são orientadas a partir de reuniões periódicas com as entidades representativas do setor audiovisual e com o Conselho Consultivo, e com a participação nas reuniões do Conselho Nacional de Política Cultural.

### Modelo de gestão

Os pontos de exibição digital do Cine Mais Cultura estão articulados por meio da internet, trocando experiências e alimentando, pela primeira vez, um banco de dados sobre a programação e os indicadores de público de cineclubes e outras salas não comerciais pelo Brasil.

### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Foi criado com o intuito de ampliar as possibilidades de acesso da população brasileira à produção audiovisual do País. Com a concentração de salas comerciais de cinema em apenas 9% do território nacional e a quantidade muito reduzida de obras audiovisuais brasileiras na TV, a maioria dos filmes produzidos permanece inédita para grande parte de sua população. A formação de circuitos alternativos de exibição, possibilitados pelo Programa, permite que a população, em especial aquela que reside em comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, tenha acesso a obras de nossa filmografia até então inacessíveis.

### **Resultados**

Programadora Brasil: o catálogo já oferece aos diversos circuitos alternativos de exibição, em todo o Brasil, 494 títulos organizados em 154 DVDs. A meta é disponibilizar 700 títulos até dezembro de 2010.

Cine Mais Cultura: atualmente, 821 cines estão implantados no Brasil, nas 27 unidades da Federação, e a meta é que, até o fim de 2010, estejam implantados 1.052. Entre os implantados, destacam-se os dos municípios de Tarauacá (AC), Itajuípe (BA), Quixelô (CE), Goiás (GO), Belém (PA), Nazarezinho (PB), Salgueiro (PE), Teresina (PI), Aracaju (SE) e Diadema (SP).

### **Programa de Difusão Audiovisual**

O Programa consiste no apoio a festivais e mostras, com programações cujos debates contribuam para reunir informações ou produzir novas propostas para o desenvolvimento do setor cinematográfico e audiovisual. Destacam-se, ainda, duas ações de promoção à exportação: Brazilian TV Producers (BTVP) e Cinema do Brasil, que prospectam, regularmente, os festivais e mercados mundiais, buscando abrir oportunidade para os produtores brasileiros, mantendo presença regular nos principais eventos.

O BTVP tem o objetivo de criar ambientes de negócio favoráveis ao produtor independente de televisão nos principais eventos. O foco são as parcerias entre companhias brasileiras e estrangeiras, por meio de assessoria para coprodução e vendas para canais de televisão e novas mídias. O Cinema do Brasil proporciona, ao produtor independente, suporte para negócios, distribuição de obras acabadas ou coproduções, por meio de ações promocionais e presença nos festivais, mostras e mercados internacionais.

### **Objetivos**

- Dar visibilidade à produção audiovisual brasileira dentro do País e no exterior.
- Promover a produção audiovisual independente brasileira nos mercados internacionais.
- Abrir novos mercados e consolidar o cinema brasileiro no exterior.

### **Data de início**

2004

### **Instrumentos legais**

- PPA 2004-2007
- PPA 2008-2011

### **Participação e controle social**

Todas as ações são orientadas a partir de reuniões periódicas com as entidades representativas do setor audiovisual e com o Conselho Consultivo, e pela participação nas reuniões do Conselho Nacional de Política Cultural.

### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Foi criado visando não apenas à difusão, mas também a ações de capacitação e de formação de público. Nesse sentido, em termos de apoio a festivais e mostras, a prioridade foi para atividades específicas dentro dos eventos, especialmente aquelas que resultem em produtos perenes, como publicações e registros audiovisuais. Além disso, buscou-se contemplar de forma equilibrada o atendimento às demandas, ajustando o valor aportado a cada evento à sua pertinência à política cultural, à diversidade regional, à tradição do evento e ao volume de público atendido. No âmbito das ações setoriais de promoção à exportação, igualmente priorizou-se ações de formação, como os programas internacionais de capacitação em animação e em documentários realizados no Brazilian TV Producers, objetivando qualificar projetos e capacitar produtoras para ampliar sua inserção no mercado internacional.

## Resultados

- Apoio a festivais e mostras: apoiou-se, anualmente, a realização de cerca de 50 festivais e mostras cinematográficas e audiovisuais nos diversos estados brasileiros, além de mostras de cinema brasileiro no exterior.
- Brazilian TV Producers: foram realizados dois programas de capacitação de produtores brasileiros para atuarem nos mercados internacionais – o Programa Internacional de Capacitação em Animação (PIC Animação) e o Programa Internacional de Capacitação em Documentários (PIC DOC). Ao todo, foram selecionados 64 projetos para participar de treinamentos com especialistas internacionais, tornando os projetos mais competitivos nos mercados externos. Ao fim do processo, foram selecionados 11 projetos para participarem de defesa oral para compradores internacionais, em eventos no Canadá e nos Estados Unidos.
- Cinema do Brasil: as metas de internacionalização, abertura de novos mercados e consolidação do cinema brasileiro no exterior dinamizaram vetores econômicos que trouxeram um impacto substancial sobre as receitas das empresas associadas. Entre a criação do Programa, em 2006, e julho de 2009, 73 das 147 empresas que dele participaram já indicavam faturamento oriundo da exportação de produtos. Ao todo, foram 239 vendas, que perfizeram o montante de US\$ 64.485.535,00. Alemanha, Canadá, Espanha e França foram os países com que se efetuou o mais significativo fluxo de negócios.

## Brasil Arte Contemporânea

É um programa integrado de promoção à internacionalização da arte brasileira, realizado por parceria de diversas instâncias do Governo Federal – Ministério da Cultura, Ministério das Relações Internacionais (MRE), Funarte, Iphan, Ibram, Apex – com instituições, como a Fundação Bienal de São Paulo, a Fundação Bienal do Mercosul e também colecionadores e outras instituições sem fins lucrativos da sociedade civil vinculadas ao mercado de arte.

### Objetivos

- Ampliar o volume de negócios gerados pela exportação de artes visuais brasileiras.
- Possibilitar a ampliação do conhecimento do cenário artístico brasileiro por parte dos colecionadores, críticos, curadores e formadores de opinião internacionais.
- Aumentar a visibilidade das galerias e dos artistas do País.

### Data de início

20/8/2009

### Instrumento legal

- Portaria nº 61, de 20 de agosto de 2009

### Participação e controle social

As instituições parceiras são coordenadas por um comitê, com representação dos segmentos envolvidos, que define estratégias de ação. Além disso, submete-se às diretrizes do Conselho Nacional de Política Cultural.

### Modelo de gestão

As ações são implementadas em conjunto pelos diversos órgãos e instituições do Governo Federal e da sociedade civil envolvidos, mediante convênios e termos de parceria.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Foi proposto em face da necessidade de articular e coordenar, em um Programa, as iniciativas e ações voltadas a apoiar a difusão internacional da arte brasileira, estabelecendo estratégias e um modelo de gestão capaz de ampliar a visibilidade dos artistas e das galerias no cenário internacional, além de possibilitar um aumento no volume de negócios gerados pela exportação de artes visuais brasileiras.

## Resultados

Foram investidos R\$ 15 milhões no Brasil Arte Contemporânea, que tem como principal realização a Feira Internacional de Arte Contemporânea de Madri (Arco), na Espanha. A Arco reuniu, por quase três meses, 32 galerias e mais de 150 artistas brasileiros. Os resultados em termos de aumento das exportações e negócios no setor ainda não foram mensurados.

## C) PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A atuação se deu com o objetivo de atualizar e valorizar a percepção histórica e artística da diversidade étnica e social, bem como seus documentos. A restauração do patrimônio passou a ser diretamente associada ao desenvolvimento das cidades.

As políticas abrangem criação e reforma de equipamentos, exposições, digitalização, restauro e qualificação de profissionais, dentre outras frentes.

Nos tombamentos e registros de bens culturais, os conhecimentos das populações ganharam espaço. O Brasil atuou na Unesco para aprovar a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e presidiu o Comitê Mundial do Patrimônio.

As principais iniciativas são:

- Requalificação urbanística: o PAC Cidades Históricas dá nova escala a ações estruturantes, promotoras do desenvolvimento econômico e social.
- Avanço institucional: os sistemas nacionais de Museus e de Patrimônio Cultural possibilitam coordenação de agentes públicos e privados.
- Mais Museus: editais apoiam projetos em municípios com até 50 mil habitantes.
- Inventários e registros: foram realizados 52 inventários de referências culturais e 19 bens culturais foram registrados.
- Memória das Artes: foi tratado, preservado, digitalizado e difundido um acervo de mais de um milhão de itens.
- Recuperação de imóveis privados: linhas de financiamento transformam moradores em aliados.
- Patrimônio arqueológico: foi criado o Centro Nacional de Arqueologia.
- Política de Tombamentos e Registros: a política de reconhecimento oficial de valor também se pautou pela prioridade de reconhecer a diversidade nacional. Desde os anos 1960, o Brasil não promovia tão ampla política de reconhecimento do patrimônio cultural.

### PAC Cidades Históricas

O PAC Cidades Históricas, lançado em 2009, é uma ação governamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos.

#### Objetivo

- Definir objetivos e estratégias para enfrentar os problemas estruturais que afetam as cidades históricas, visando à promoção do desenvolvimento social a partir das potencialidades do seu patrimônio cultural.
- Fortalecer a ação integrada de planejamento em prol da preservação e buscar a convergência e a integração entre as políticas públicas nas três esferas de governo, para a gestão compartilhada do patrimônio cultural com a sociedade.

#### Data de início

21/10/2009

#### Instrumento legal

- PPA 2008-2011

#### Participação e controle social

Comitês Estaduais de Acompanhamento, compostos pelos governos estaduais, municipais e representantes da sociedade. Estabelecidos por meio de Acordos de Cooperação Técnica e com a representação estabelecida em portaria, estabelecendo a relação direta entre estados e municípios. Têm como objetivo fiscalizar a execução de todas as ações relacionadas às políticas de preservação, promovendo o acompanhamento e a avaliação constante das ações.



### Modelo de gestão

O PAC Cidades Históricas é coordenado pelo Ministério da Cultura, por meio do Iphan, e envolve parceria com os ministérios do Turismo, da Educação e das Cidades, além de Petrobras, Eletrobras, BNDES, Caixa Econômica Federal e BNB. A execução é compartilhada com estados e municípios e, também, por execução direta do Iphan.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Foi criado devido à ausência de uma política pública transversal no campo do Patrimônio Cultural. O Programa amplia as ações de proteção em todo o País, consolidando novas formas de desenvolvimento por meio da valorização do patrimônio cultural.

O PAC Cidades Históricas incorpora aspectos positivos de experiências anteriores (Programa Monumenta e Programa de Cidades Históricas) e amplia as ações de preservação, consolidando novas formas de desenvolvimento por meio da articulação do patrimônio cultural com as demais políticas culturais, urbanas e sociais.

### Resultados

- Realização de mais de 300 oficinas participativas por todo o País, para a elaboração dos Acordos de Preservação do Patrimônio Cultural (PAC Cidades Históricas).
- Assinatura de aproximadamente 50 Acordos de Cooperação Técnica entre órgãos do Governo Federal.
- Assinatura de 135 Acordos de Preservação do Patrimônio Cultural em 23 estados da Federação (exceções: AP, MT, RO e RR).
- Estabelecimento de 23 Comitês Estaduais de Acompanhamento.
- Em 2009, foram liberados R\$ 70 milhões, com recursos do Ministério da Cultura, por meio do Iphan, e dos ministérios das Cidades, da Educação e do Turismo, além do BNDES.
- Em 2010, foram aprovados recursos pelo Iphan/MinC no valor de R\$ 164.892.256,89, sendo que já foram liberados R\$ 65 milhões para 24 estados e 76 cidades.

Os investimentos estão presentes em todos os estados da Federação e em 166 municípios, fortalecendo as cidades históricas, muitas delas pequenas e médias, na preservação e valorização de nossa cultura e identidade.

A relação de projetos está nas tabelas 9 e 10 a seguir.

#### PAC CIDADES HISTÓRICAS: PRINCIPAIS PROJETOS (2009)

UF	Cidade	Descrição	Valor (R\$)
GO	Pirenópolis	Requalificação da Beira-Rio	7.000.000,00
MG	Belo Horizonte	Restauração Galpão Casa do Conde	7.000.000,00
RJ	Rio de Janeiro	Reurbanização do Morro da Conceição	6.358.296,55
SP	Santos	Casarão do Valongo	6.100.000,00
BA	Cachoeira	Embutimento da fiação	6.000.000,00
MA	São Luís	Conjunto Fábrica Santa Amélia (UFMA)	6.000.000,00
PB	Areia	Revitalização do Parque Municipal do Quebra	5.500.000,00
PE	Recife	Embutimento da fiação (Bairro do Recife)	3.360.000,00

#### PAC CIDADES HISTÓRICAS: PRINCIPAIS PROJETOS (2010)

UF	Cidade	Descrição	Valor (R\$)
CE	Sobral	Embutimento de fiação do sítio histórico de Sobral	6.250.000,00
PA	Belém	Restauração e conservação do Mercado de Ferro ou Mercado de Peixe, Ver o Peso	5.476.765,94
RS	Novo Hamburgo	Requalificação do centro histórico de Hamburgo Velho, em Novo Hamburgo: restauração do antigo Lar das Meninas e requalificação do Parcão	4.000.000,00

UF	Cidade	Descrição	Valor (R\$)
MS	Campo Grande	Recuperação e readequação da estação ferroviária de Campo Grande (MS) para a instalação do Centro de Documentação e Referência da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB)/Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA)	2.600.000,00
PA	Belém	Obra de restauração da igreja de Santana	2.000.000,00
AL	Piranhas	Requalificação da orla fluvial do sítio histórico de Piranhas	1.883.478,36
SP	São Luiz do Piratininga	Obras emergenciais de restauração do Centro Histórico de São Luiz do Piratininga	2.850.000,00
PE	Olinda	Igreja do Antigo Convento do Carmo de Olinda - Complementação da restauração da igreja e da cantaria	1.827.000,00
MA	São Luís	Restauo e Adaptação do Palacete Gentil Braga, da Universidade Federal do Maranhão	1.780.000,00
MA	São Luís	Restauração, Reforma e Requalificação do imóvel da Rua do Giz, nº 445, para abrigar unidade habitacional multifamiliar	1.600.000,00
PA	Belém	Intervenção na cobertura do Teatro da Paz, em Belém (PA), e restauração de elementos artísticos integrados	1.588.332,72
AL	Penedo	Restauração dos bens artísticos integrados em talha de madeira da Igreja da Ordem Primeira do Convento Franciscano de Penedo	1.495.982,96

## Aprimoramento do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

O Governo Federal promove ampla política de tombamentos e registros de bens culturais, valorizando populações detentoras de conhecimentos tradicionais e expressões brasileiras, e o faz liderando uma rede de instituições nacionais e internacionais, agentes, grupos culturais, comunidades e indivíduos.

Nesse sentido, este programa visa à identificação, ao reconhecimento, à salvaguarda e à promoção da dimensão imaterial dos bens culturais. As infinitas possibilidades de criação expressas nas práticas sociais, nos modos de vida e nas visões de mundo passaram a ter atenção e, assim, deu visibilidade também ao que é produzido ou exibido fora dos espaços previamente delimitados como culturais.

O ponto de partida é o reconhecimento da diversidade cultural como patrimônio maior da nossa população, ao lado da biodiversidade presente no território nacional. Todo brasileiro é sujeito de sua cultura e sua história, e as ações buscaram reconhecer e valorizar esse capital simbólico, atendendo à multiplicidade de expressões.

### Objetivos

- Implementar uma política de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial.
- Contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do País e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade.
- Captar recursos e promover a constituição de uma rede de parceiros com vistas à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro.
- Incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade.

### Data de início

4/8/2000

### Instrumento legal

- Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000

### Participação e controle social

O Programa é acompanhado pela Câmara Técnica de Patrimônio Imaterial do Conselho Consultivo do Iphan. Além disso, para cada plano de salvaguarda é constituído um Comitê Gestor com a participação da comunidade.

### Modelo de gestão

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial é desenvolvido por meio de parcerias com instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A partir de 2003, o Programa conseguiu se estruturar e conta com fluxo contínuo de recursos, o que possibilitou a confiabilidade da política e das ações governamentais junto à sociedade. Consolidou métodos de trabalho, como o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que possui reconhecimento internacional como política de identificação do Patrimônio Imaterial.

### Resultados

Até 2003, só haviam sido realizados dois registros de patrimônios imateriais no Brasil, ao passo que hoje são 19 bens registrados e mais de 60 em processo de registro. A arte Kusiwa e o Samba do Recôncavo, registrados em 2002 e 2004, respectivamente, também foram consagrados pela Unesco como obras-primas do patrimônio oral e imaterial da humanidade e, mais recentemente, incorporados à Lista Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade.

Compõem a lista dos bens registrados, desde 2003, o Ofício dos Mestres de Capoeira, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, o Samba de Roda Recôncavo Baiano, modo de fazer Viola-de-Cocho, o ofício das Baianas de Acarajé, o Jongô no Sudeste, a Cachoeira de Iauaretê (lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupês e Papuri), a Feira de Caruaru, o Frevo, Tambor de Crioula, as Matrizes do Samba no Rio de Janeiro (partido alto, samba de terreiro e samba-enredo), o modo artesanal de fazer queijo de Minas nas regiões do Serro, Canastra e Salitre/Alto Paranaíba, a Roda de Capoeira, o modo de fazer Renda Irlandesa – tendo como referência esse ofício em Divina Pastora (SE) –, o Toque dos Sinos, em Minas Gerais, e a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (GO).

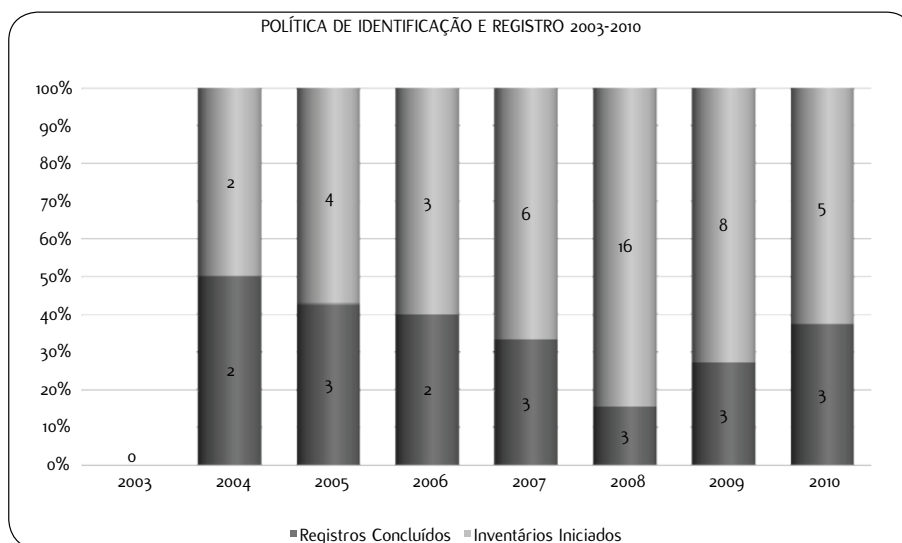
É fundamental destacar que 70% dos processos de registros (finalizados e em andamento) foram indicados pela própria sociedade, partindo do princípio de reconhecimento dos povos tradicionais. Doze planos de salvaguarda do Patrimônio Imaterial estão em andamento.

Com o Edital do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), foram apoiados mais de 60 projetos, entre 2003 e 2010, que serviram para a promoção das referências culturais de comunidades tradicionais. Além disso, 15 deram origem a propostas de registro de bens culturais nacionais.

O edital de apoio à produção de documentários etnográficos sobre o patrimônio cultural imaterial brasileiro (Etnodoc) já apoiou cerca de 50 filmes em todas as suas edições e hoje são veiculados por diversos meios de mídia.

De 2003 a 2010, a Sala do Artista Popular (SAP) realizou cerca de 170 projetos de pesquisa, documentação e exposição em espaço do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), no Rio de Janeiro, além de itinerâncias em capitais e comunidades de origem, promovendo e valorizando os artistas populares.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.



## Aprimoramento do Programa Brasil Patrimônio Cultural

O Brasil Patrimônio Cultural envolve ações de fomento a projetos na área do patrimônio cultural, gestão e manutenção de bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), preservação de acervos documentais, arquivísticos e bibliográficos do patrimônio cultural, preservação de bens culturais de natureza material, salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial. Inclui:

- Conservação, restauração e requalificação de bens imóveis, móveis e integrados, paisagísticos e arqueológicos protegidos.
- Incentivo e apoio à formulação e à implementação de planos de preservação de sítios históricos protegidos.
- Implantação de sinalização em sítios históricos e arqueológicos.
- Projetos de reabilitação de sítios históricos protegidos.
- Controle das intervenções em bens culturais em seu entorno.
- Elaboração e apoio a planos de salvaguarda de bens culturais que foram objeto de inventário e registro.
- Promoção do patrimônio cultural como fator de desenvolvimento humano e da interface com o turismo sustentável.
- Aquisição de equipamentos e material permanente que visem subsidiar as ações acima.

Além disso, apoia projetos na área do patrimônio cultural brasileiro voltados para identificação, realização de inventários e de estudos e pesquisas, elaboração de planos de salvaguarda dos bens culturais, promoção, conservação, revitalização e restauração, promoção e difusão dos acervos e bens culturais, garantindo, às gerações presentes e futuras, o acesso e o reconhecimento da sua representatividade histórica e cultural, a fim de que sejam valorizados os aspectos constitutivos da identidade cultural brasileira, sejam eles de natureza material ou imaterial.

### Objetivos

- Identificar e inventariar os bens culturais, por meio de pesquisas e de documentação, de modo a gerar o reconhecimento de seu valor histórico e cultural, garantindo a preservação e o acesso da população às informações sobre esses bens.
- Promover e realizar o registro de bens culturais processuais e dinâmicos e o tombamento e documentação de bens de natureza material, bem como o cadastramento de bens arqueológicos, visando ao seu reconhecimento como patrimônio cultural do Brasil e contribuir para sua permanência, conhecimento e acesso pela sociedade.

### Data de início

5/10/1988

### Instrumentos legais

- Arts. nºs 215 e 216, Constituição Federal
- Decreto nº 6.844/2009
- Decreto nº 80.978/1977

- Decreto-Lei nº 25/1937
- Decreto nº 3.924/1961

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Desde 2003, o Brasil Patrimônio Cultural passou por diversas transformações. Aumentou o número de órgãos que implementam suas ações, bem como o número de ações que integram o Programa, de forma a possibilitar atuação mais abrangente para ampliar os mecanismos de proteção, preservação e fomento do Patrimônio Cultural Brasileiro.

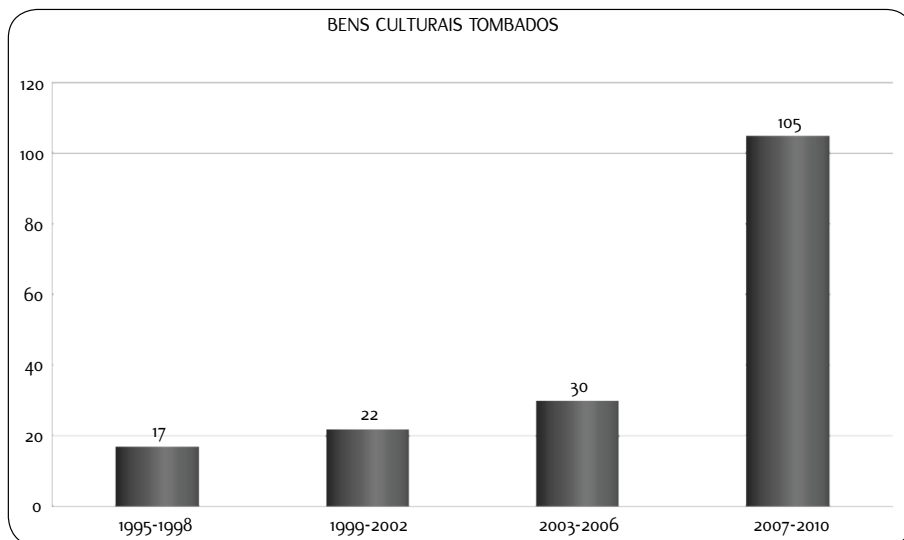
Buscou-se, também, trabalhar com ações estruturantes e apoio ao seu planejamento, para reverter o quadro de realização de obras e serviços apenas em serviços emergenciais.

### Resultados

Na área de tombamentos destacam-se:

- Terreiro de Candomblé Ilê Iyá Omim Axé Iyassé e o Terreiro de Candomblé do Bate-Folha, ambos no estado da Bahia
- Casa de Chico Mendes (AC)
- Centro Histórico de João Pessoa (PB)
- Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba (PI)
- Floresta Fóssil no Rio Poti (PI)
- Núcleo Histórico de Porto Nacional (TO)
- Vila Serra do Navio (AP)
- Roteiro da Imigração em SC
- Obras do arquiteto Oscar Niemeyer (vários estados)

De 2003 a 2010, foi realizado o maior ciclo de reconhecimento do Patrimônio Cultural Brasileiro desde a década de 1960, conforme gráfico a seguir.



Também foram realizados mais de uma centena de inventários que priorizaram o reconhecimento dos bens culturais de maneira sistêmica e valorizando a diversidade, para além do âmbito dos estados. Destacamos os inventários Mbya Guarany, Coluna Prestes, Ciclo do Café, Ciclo da Cana, Patrimônio Naval, Ferroviário e Moderno.

Houve um crescimento contínuo na quantidade e no tipo de intervenção feita em obras de preservação. Os projetos de desenvolvimento são cada vez mais globais e estruturantes.

## QUANTIDADE DE INTERVENÇÕES EM OBRAS DE PRESERVAÇÃO (2006-2010)

2006	68
2007	38
2008	118
2009	122
2010*	107

\*Considerando o recurso descentralizado, até 20 de agosto de 2010. (Ver lista de obras anexa)

Destacam-se também:

- Criação do Centro Nacional de Arqueologia e o estabelecimento de superintendências em todos os estados do Brasil.
- Realização de 13 missões de cooperação internacional (Espanha, Portugal, França, Benim, Angola, Chile, Colômbia, Bolívia, Paraguai, Equador, El Salvador, Cabo Verde e México).
- Presidência do Comitê de Patrimônio do Mercosul Cultural.
- Presidência 2009-2010 do Comitê do Patrimônio Mundial (WHC) e realização da 34ª Reunião do WHC, em Brasília, com a participação de mais de 750 delegações de todo o mundo.
- Implementação do Sistema de Informações Gerenciais do Iphan (SigIphan), baseado no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec) e que integrará os diversos sistemas do Iphan, inclusive o de fiscalização, planejamento e acompanhamento de obra.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

### Aprimoramento do Programa Monumenta

O Monumenta é um programa de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro desenvolvido pelo Governo, que conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), recursos de estados e municípios e apoio operacional da Unesco. Realizado a partir de 1999, e em fase de conclusão, já beneficiou diretamente 26 cidades e cerca de 50, indiretamente.

#### Objetivos

- Preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano.
- Estimular ações que aumentem a consciência da população sobre a importância de se preservar o acervo existente.
- Estabelecer critérios de conservação e estimular projetos que viabilizem a utilização econômica, cultural e social das áreas em recuperação no âmbito do projeto também são objeto do Monumenta.

#### Data de início

4/12/1999

#### Instrumento legal

- Contrato de empréstimo com o BID.

#### Modelo de gestão

O Monumenta é implementado nas cidades a partir da assinatura de convênios entre o Ministério da Cultura, prefeituras e/ou estados, no qual se estabelecem as atribuições de cada uma das partes, os valores a serem repassados e os prazos de execução das obras. Para acompanhar e conduzir as ações do Programa são formadas equipes compostas por técnicos do município ou do estado, em conjunto com o Iphan. As equipes compõem a Unidade Executora de Projeto (UEP), que recebe orientações da Unidade Central de Gerenciamento.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Em 2003, o Monumenta foi reformulado e se aproximou dos programas nacionais de desenvolvimento para estimular a contrapartida de estados e municípios, aumentar sua sustentabilidade e capacidade de replicação. A partir daí, houve um salto nos investimentos.

O Programa entrou em um novo patamar, com ações de preservação sustentada. Foram selecionados, por meio de edital, 77 projetos de promoção de atividades econômicas, de qualificação profissional em restauro e conservação e de criação de núcleos de educação profissional em 46 cidades históricas brasileiras.

### Resultados

Obras: conservação e restauro de 167 monumentos e espaços públicos, entre igrejas, sobrados, mercados, conventos, fortes, praças e conjuntos urbanos, sendo que cerca de 100 estão ainda em curso. Destaca-se a implantação de dois campi universitários federais, em Cachoeira, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e, em Laranjeiras, na Universidade Federal de Sergipe (UFSE).

Linha de financiamento: lançado em 2004, o programa para conservação de imóveis privados em áreas protegidas concedeu mais de 400 empréstimos. Mais de metade dos beneficiados tem renda de até três salários mínimos. Fundos municipais permitem que as prefeituras continuem o trabalho.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

## Modernização de Museus

Programa de apoio a projetos de museus para aquisição de acervo, equipamentos de informática, segurança, conservação, climatização e controle ambiental, iluminação, comunicação, reservas técnicas, mobiliário para exposições de longa duração e equipamentos para a promoção de projetos educativos. São aceitos projetos de pessoas jurídicas de direito público e privado sem fins lucrativos, que solicitem apoio financeiro entre R\$ 100 mil e R\$ 200 mil, incluindo a contrapartida. As linhas de financiamento do Modernização de Museus vêm de verbas do Programa Museus, Memória e Cidadania.

### Objetivos

- Apoiar financeiramente a reestruturação e modernização dos equipamentos de museus brasileiros.
- Suprir a demanda de instituições museológicas públicas ou privadas, não vinculadas ao Ibram, por recursos para modernização, reforma e manutenção de sua estrutura física.

### Data de início

Agosto de 2004

### Instrumentos legais

- Leis nºs 8.666/1993 e 4.320/1964
- Lei Complementar nº 101/2000
- Lei nº 11.514/2007
- Decreto nº 6.170/2007
- Portaria Interministerial MPOG/MF/MCT nº 127, de 29 de maio de 2008
- Instrução Normativa nº 01/1997, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Estabelecem a execução do Programa por meio de licitação, na modalidade concurso, em regime de execução indireta.

### Resultados

Desde o seu início, em 2004, o Programa foi responsável por alocar mais de R\$ 10,7 milhões em 185 projetos de modernização de unidades museológicas, conforme explicitado na tabela a seguir.

## EDITAL DE MODERNIZAÇÃO DE MUSEUS (2004-2010)

Ano	Nº de projetos inscritos	Nº de projetos selecionados	Valor executado (R\$)
2004	193	35	1.000.000,00
2005/2006	264	48	1.994.515,75
2007	329	37	1.870.323,00
2008	332	38	2.333.155,08
2009	347	19	2.482.927,13
2010*	329	8	1.067.042,00
<b>Total</b>	<b>1.794</b>	<b>185</b>	<b>10.747.962,96</b>

Fonte: Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus (DDFEM)/Ibram

\* Obs.: Valores relativos a 2010 ainda não foram executados, correspondem aos projetos selecionados.

### Edital Mais Museus

Este edital tem como objetivo selecionar projetos elaborados por pessoas jurídicas de direito público e privado, sem fins lucrativos, excetuando-se aquelas vinculadas à estrutura do Ministério da Cultura, interessadas em obter apoio financeiro para a implantação de museus em municípios de pequeno porte, sem esse tipo de equipamento.

#### Objetivos

- Ampliar o acesso da população a unidades museológicas e bens culturais.
- Favorecer a institucionalização da memória das comunidades, por meio do apoio à implantação de museus em municípios com até 50 mil habitantes, onde não existe esse equipamento cultural.

#### Data de início

4/12/2007

#### Instrumento legal

- Editais Mais Museus
- Concurso 2/2007, DOU de 6 de dezembro de 2007
- Concurso 5/2008, DOU de 22 de dezembro de 2008
- Concurso 1/2010, DOU de 21 de janeiro de 2010

#### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Cerca de 80% dos municípios brasileiros não dispõem de qualquer museu, segundo dados do Cadastro Nacional de Museus. O Edital Mais Museus foi criado para contribuir para a descentralização das unidades museológicas no País, estimulando a sua criação em áreas que, dificilmente, teriam condições de atrair recursos para essa implantação. Essa forma de atuação permite focar um grupo reconhecidamente carente de municípios.

Com a publicação desse edital, será formado um banco de projetos a serem apoiados a cada ano, de acordo com a disponibilidade orçamentária do Ibram, mediante a celebração de convênio ou outro instrumento hábil com as instituições selecionadas.

#### Resultados

Ao longo do período de existência do Programa, 45 projetos foram selecionados para receberem verbas para a criação de museus.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.



## EDITAL MAIS MUSEUS (2008-2010)

Ano	Nº de projetos inscritos	Nº de projetos selecionados	Valor executado (em R\$)
2007/2008	386	24	1.597.955,09
2009	262	13	1.890.068,99
2010*	219	8	1.194.703,00
<b>Total</b>	<b>867</b>	<b>45</b>	<b>4.682.727,08</b>

Fonte: DDFEM/Ibram

## Preservação de acervos

No âmbito do Programa Brasil Patrimônio Cultural, a ação Preservação de Acervos Culturais compreende as atividades de conservação preventiva, restauração e divulgação de acervos, envolvendo diferentes órgãos do Ministério da Cultura.

O Centro de Documentação e Informação em Arte da Funarte é referência para estudantes e profissionais da área por guardar documentos de relevância para a memória cultural brasileira. Seu acervo é formado por textos teatrais, cartazes, partituras e programas de teatro e circo. Reúne, também, dossiês sobre personalidades, espetáculos, eventos e espaços culturais, além de arquivos privados. Sua biblioteca possui livros e títulos de periódicos brasileiros e estrangeiros.

Fazem parte do acervo, ainda, peças da iconografia brasileira, com destaque para imagens de espetáculos teatrais montados entre 1942 e 1980. Da mesma área, merecem ser citados desenhos originais de cenários e figurinos do teatro e do cinema nacional. O Centro preserva acervo sonoro e imagético de eventos promovidos pela Funarte.

O Programa de Preservação Fotográfica, iniciado em 1984, tem a finalidade de implantar e consolidar a conservação do acervo no País. A unidade da Funarte presta consultoria a instituições públicas e privadas detentoras de coleções e promove a pesquisa e a qualificação profissional do setor, convergindo para as ações relativas ao fortalecimento da economia da cultura.

### Objetivos

- Tratar, preservar e difundir o patrimônio documental colocado sob sua guarda.
- Disponibilizar suas bases para a realização de trabalhos acadêmicos sobre a arte brasileira e de estudos econômicos e políticos relacionados às intervenções do Governo Federal na cultura.

### Data de início

1976

### Instrumento legal

- Não se aplica.

### Modelo de gestão

Não se aplica. A atividade de preservação de acervos não compreende gestão colegiada ou participação social para sua execução.

### Resultados

A Biblioteca Nacional foi responsável pela preservação de mais de dois milhões de bens no período de 2003 a 2010, além de realizar inventário permanente sobre as coleções que compõem seu acervo, num total de 12 inventários.

Entre 2003 e 2010, milhares de itens foram preservados e disponibilizados por meio de procedimentos de higienização, restauração, conservação, acondicionamento, processamento técnico, digitalização e inserção em base de dados.

Em 2004, a Funarte investiu na conservação e restauração de desenhos originais e gravuras da coleção de cenários e figurinos, documentos pertencentes ao fundo da Fundação de Artes Cênicas (Fundacen).

Em 2006, o Projeto Brasil Memória das Artes, de salvaguarda e difusão do patrimônio artístico nacional, foi aprovado pela Associação Cultural da Funarte por meio da Lei Rouanet. Com os recursos da Petrobras, realizou-se, em 2006, uma primeira

etapa do projeto. Com apoio financeiro do Itaú Cultural e da Companhia Siderúrgica Nacional, sua execução foi prorrogada até o final de 2010.

Com recursos captados ao amparo da Lei Rouanet, o projeto efetuou a digitalização de mil documentos sonoros do Projeto Pixinguinha e registrou parte importante da história da Música Popular Brasileira.

Em 2010, com recursos próprios, a Funarte realizou projeto de tratamento de conservação, restauração e acondicionamento dos documentos em papel do acervo Walter Pinto, do arquivo de produção de nove filmes do fundo FCB, acervo Yan Michalski, acervo Oduvaldo Vianna Filho e parte do acervo de cartazes dos fundos da Fundação do Cinema Brasileiro e da Fundacen.

Entre 2003 e 2010, foram tratados, no âmbito do Preservação Fotográfica, cerca de 500 mil itens.

## **Programa de Preservação da Memória e Aperfeiçoamento Tecnológico da Cinemateca Brasileira e do Centro Técnico Audiovisual (CTAv)**

O Programa foi criado visando à preservação de obras audiovisuais brasileiras que fazem parte da memória nacional, com o foco, também, em ações de difusão das obras preservadas e no aperfeiçoamento tecnológico das áreas do Ministério da Cultura responsáveis pela guarda, preservação e difusão de acervo. Dessa forma, as ações de preservação, difusão e aperfeiçoamento tecnológico se complementam, com o objetivo último de que as obras sejam vistas pela população.

### **Objetivo**

Preservar e difundir o patrimônio audiovisual brasileiro, de forma a contribuir com o desenvolvimento cultural do País e permitir o acesso da população brasileira à sua memória audiovisual.

### **Data de início**

2004

### **Instrumentos legais**

- PPA 2004-2007
- PPA 2008-2011

### **Participação e controle social**

Todas as ações são orientadas a partir de reuniões periódicas com as entidades representativas do setor audiovisual e com o Conselho Consultivo, mediante a participação nas reuniões do Conselho Nacional de Política Cultural.

### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Preservar a memória do audiovisual brasileiro é um modo de preservar a história do País. Mudanças políticas, transformações sociais e questões culturais são temas de filmes e programas de televisão, historicamente preservados em instituições públicas. Nos últimos anos, porém, houve uma reorientação do olhar sobre a preservação: não basta apenas recuperar e guardar; é preciso, também, ampliar a difusão, garantindo o acesso da sociedade a bens culturais antes distantes do público.

### **Resultados**

Destaca-se a restauração das filmografias de Joaquim Pedro de Andrade, Glauber Rocha, Leon Hirszman e da Cinédia. Uma recente conquista é o projeto Resgate do Acervo Audiovisual Jornalístico da TV Tupi, cujos recursos foram obtidos por meio do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), ligado ao Ministério da Justiça. Estão sendo resgatadas as reportagens de telejornais veiculados pela TV Tupi e, ao final do projeto, estarão disponibilizadas 125 horas de imagens históricas de variados telejornais da época, como Edição Extra, Diário de São Paulo, Ultranotícias e Repórter Esso. Alguns vídeos já foram disponibilizados no *site* eletrônico da Cinemateca.

Outra iniciativa que merece destaque é o edital Programa de Restauo de Filmes Cinemateca Brasileira-Petrobras, que em 2010 tem sua segunda edição patrocinada pela empresa, com investimento de R\$ 3,5 milhões. As obras, inscritas por detentores de seus direitos patrimoniais, são selecionadas por uma comissão composta por representantes do MinC, da Associação Brasileira de Cinematografia (ABC), da Petrobras e da Cinemateca Brasileira, que indica as obras que merecem ter sua restauração priorizada, para que o processo de degradação seja estancado e possam, então, voltar a circular. No término do processo, os contemplados receberão uma nova cópia da obra e 20 exemplares em DVD. Como contrapartida, a Cinemateca Brasileira ficará

com a propriedade dos materiais de preservação, intermediários e outra matriz digital, e também com os direitos para inclusão da obra nas ações governamentais não comerciais de difusão do audiovisual brasileiro.

No âmbito do CTA, destaca-se a garantia do retorno à publicação periódica da histórica revista Filme Cultura, pela qual passaram, entre 1966 e 1988, nomes como Antonio Moniz Vianna, Jean-Claude Bernardet, Ismail Xavier, Inácio Araújo, Orlando Senna, Rogério Sganzerla e Jairo Ferreira. Além disso, promoveu-se a digitalização do acervo da revista, com o apoio da Petrobras e uma edição *fac-símile* dos primeiros 49 números foi disponibilizada aos pesquisadores em dois formatos: em papel, divididos em quatro tomos, e na internet, para consulta virtual.

## D) REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO MERCADO CULTURAL

O Governo Federal desenhou e pôs em prática uma série de instâncias e medidas regulatórias e fiscalizadoras na área da cultura. Elas tiveram como objetivos reverter o quadro de exclusão social e concentração regional, promover a diversificação dos repertórios culturais, concretizar o potencial das cadeias produtivas do setor e garantir o bom uso do dinheiro público.

Sem dar margem a qualquer tipo de dirigismo, seja de Estado ou de mercado, buscou-se prevenir distorções nas relações entre agentes econômicos e estabelecer condições para que as populações que compõem a sociedade brasileira possam criar e se expressar livremente.

Direitos autorais – A proposta levada à consulta pública para modernização da lei procura equilibrar os interesses de criadores e investidores e garantir o acesso dos cidadãos aos bens e serviços culturais.

Audiovisual – A Agência Nacional de Cinema (Ancine) foi vinculada ao MinC e teve sua estrutura reforçada. A autarquia publicou mais de 60 instruções normativas, nas quais trata de penalidades às infrações fiscais, envio de informações de distribuição e exibição de obras e cumprimento da Cota de Tela.

Desoneração fiscal do livro – Editores, livreiros e distribuidores tiveram as alíquotas de PIS/Cofins/Pasep reduzidas a zero. Em contrapartida, o Governo propôs a criação de um fundo específico para a área.

### Formulação e Gestão da Política de Direitos de Autor

Para o aperfeiçoamento das políticas de direito autoral, o Governo Federal tem desenvolvido ações com vistas à:

- Difusão dos direitos autorais, por meio de campanhas educativas e de publicações.
- Realização de cursos de capacitação.
- Contratação de consultoria, pareceres técnicos e estudos.
- Promoção e defesa da integridade das autorias das obras de domínio público.
- Promoção de mecanismo de resolução de conflitos em direito autoral.
- Apoio a projetos de criação e fortalecimento de sociedades de gestão coletiva de direitos autorais.

#### Objetivos

- Coordenar o planejamento e a formulação de políticas no setor dos direitos autorais e a avaliação e controle de ações voltadas para essa área na cultura.
- Assegurar o equilíbrio na relação entre criadores e investidores, garantindo o acesso do cidadão à cultura, com vistas à proteção e promoção da diversidade cultural do País.

#### Data de início

2/1/2006

#### Participação e controle social

A participação da sociedade é garantida pela instituição do Fórum Nacional de Direito Autoral, de instrumentos de gestão coletiva e mecanismos para participação social via tecnologias de informação.

#### Modelo de gestão

A gestão é realizada com a participação de instituições da sociedade civil atuantes nos temas de direitos autorais, além de instituições e organismos internacionais (ver subitem 8.8 - Entidades envolvidas na Formulação e Gestão de políticas de direitos de autor).

## Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

No início do mandato, em janeiro de 2003, constatou-se um longo período de ausência do Estado em relação ao tema dos direitos autorais, período este iniciado com a extinção do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), em 1990, e a redução das estruturas administrativas que atuavam no tema, em 1992. O problema persistiu até 2002, apesar da extensa agenda nacional e internacional na área.

As grandes tendências mundiais relacionadas à globalização, aos progressos na tecnologia da informação e à emergência da sociedade civil organizada, traziam à tona a importância e necessidade da proteção aos direitos intelectuais, à medida que a produção cultural ganha o potencial de disseminação global e passa a exigir um marco regulatório fortalecido e apropriado para fomentar um ambiente propício à produção e veiculação da cultura. A ação Formulação de Políticas de Direitos Autorais configurase, pois, como resposta à necessidade de proteger o interesse dos cidadãos criadores, produtores e consumidores na garantia dos seus direitos de autor e de acesso aos bens e serviços culturais já produzidos.

## Resultados

- Criação do Fórum Nacional de Direito Autoral: criado em 2007, o Fórum Nacional de Direito Autoral realizou sua missão de debater a atual Lei de Direitos Autorais e propor a primeira minuta da sua reformulação para submissão à consulta pública. Foram realizados oito seminários nacionais e um internacional, além de mais de 80 reuniões setoriais com setores envolvidos com a temática dos direitos autorais. Anais, vídeos e textos para discussão encontram-se disponíveis no site do Ministério da Cultura.
- Coordenação do processo de reformulação da Lei de Direitos Autorais (Lei no 9.610/1998): a coordenação do processo dentro do Governo Federal, por meio do MinC, organizou as diversas sugestões apresentadas pela sociedade civil (cidadãos e entidades públicas e privadas) no texto de reformulação da Lei, o que incluiu a realização de vários seminários e reuniões com os diversos grupos envolvidos para findar na minuta de Anteprojeto de Reformulação da Lei de Direitos Autorais.
- Fortalecimento da inserção do Brasil nas negociações dos marcos internacionais relacionados aos temas de direitos autorais: após a criação da Diretoria de Direitos Intelectuais, a atuação do Ministério da Cultura nos fóruns internacionais de discussão sobre os direitos autorais aprimorou-se. O Brasil ampliou sua posição como interlocutor importante sobre a perspectiva do direito autoral de países em desenvolvimento. Contribuiu, também, para promover e implementar a Agenda para o Desenvolvimento na Organização Mundial da Propriedade Intelectual, bem como lidera as discussões na mesma organização sobre um tratado que garanta o direito ao acesso aos bens culturais por pessoas com deficiência visual e outras dificuldades para leitura.
- Minuta de Anteprojeto de Reformulação da Lei de Direitos Autorais e realização de consulta pública: a consulta pública do Arranjo Produtivo Local (APL) de reformulação da Lei de Direitos Autorais ocorreu entre os dias 14 de junho e 31 de agosto de 2010. A minuta de Anteprojeto de Reformulação da Lei de Direitos Autorais está em reformulação e discussão com outras pastas do Governo Federal e será apresentada ao Congresso Nacional até o final deste ano.
- Projeto Portal do Autor: oferece certificação digital de obras e constituiu-se em instrumento para comercialização eletrônica de licenças de publicação de obra. O projeto resultou na implementação do Portal do Autor <[www.portaldoautor.org.br](http://www.portaldoautor.org.br)>, em funcionamento pleno, que veicula um informativo, fóruns on-line, vídeos, súmulas, legislações e regulamentação sobre direitos autorais, com informações atualizadas para informar pessoas interessadas no tema.
- Concurso Público de Estímulo à Gestão Coletiva de Direitos Autorais: visa ao fomento à implementação ou modernização operacional de entidades de gestão coletiva de direitos autorais. A estruturação destas entidades em segmentos, como audiovisual, literatura e artes visuais fortalecerá a economia da cultura e estimulará a produção criativa. As inscrições para o concurso público foram abertas no dia 15 de outubro de 2010 e o resultado está previsto para a segunda quinzena de dezembro de 2010. O resultado da seleção e premiação está prevista para a segunda quinzena de dezembro de 2010.
- Inserção de conteúdos sobre os direitos intelectuais no currículo do Programa de Capacitação em Projetos Culturais: o Programa de Capacitação em Projetos Culturais recebeu três intervenções em seu currículo, com a inserção de conteúdos de direitos autorais no módulo básico a distância, no módulo presencial e no módulo avançado a distância. Essas três etapas proveram uma formação compreensiva sobre como tratar o direito autoral em projetos culturais. As avaliações dos participantes demonstraram resultados satisfatórios quanto ao conteúdo e à metodologia adotados. O Programa continuará sua fase de implementação até o final de 2011, totalizando a realização de 36 oficinas presenciais em cidades de todos os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e nos estados de Santa Catarina e Espírito Santo.

## Efetivação do Plano de Previdência Complementar para os Profissionais da Cultura (CulturaPrev)

É um plano de previdência complementar exclusivo para os profissionais da cultura associados a entidades de classe, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), que já conta com a adesão de diversas entidades associativas representativas de setores artístico-culturais do País.

### Objetivos

- Fortalecer a formalização das relações de trabalho no campo cultural.
- Conscientizar os trabalhadores da cultura sobre a necessidade de garantir segurança com a complementação de renda na aposentadoria.
- Articular alternativas de regime de previdência complementar fechada e a adesão a planos associativos.
- Formar poupança previdenciária de longo prazo para os trabalhadores da cultura.

### Data de início

2004

### Instrumento legal

- Lei Complementar nº 109/2001

### Participação e controle social

O Governo Federal, por meio de parceria entre os Ministérios da Cultura e da Previdência Social, propiciou a realização de seminários sobre o tema, com representantes de todas as regiões do País e a instituição de um grupo de trabalho com o objetivo de compreender a previdência social brasileira, pensar e formatar o CulturaPrev, de forma a contemplar as características específicas e a heterogeneidade desses profissionais

### Modelo de gestão

O CulturaPrev foi aprimorado com a colaboração do Ministério da Previdência Social e é gerenciado pelo fundo Petros, dos trabalhadores da Petrobras. Podem aderir entidades (sindicatos, associações e conselhos, dentre outros) que tiverem mais de três anos de fundação e contarem com um quadro mínimo de 50 associados.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Um dos grandes problemas entre os trabalhadores da Cultura é a dificuldade em filiar-se ao regime geral de previdência, para que este lhes garanta um padrão mínimo de proteção social. Com grandes períodos sem contribuição sistemática ao regime geral, mais conhecido pelo seu gestor, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os trabalhadores da Cultura não estão enquadrados nos critérios de concessão de benefícios previstos pelo Instituto.

### Resultados

Segundo informações da Superintendência de Previdência Complementar/Ministério da Previdência Social, o plano contava, em dezembro de 2009, com 504 participantes e recursos garantidores de R\$ 2,7 bilhões.

## Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro (Prodecine)

É o Programa ao qual estão vinculadas as receitas que financiam as iniciativas de fomento ao segmento de cinema, dentro do mercado audiovisual. As linhas A: produção cinematográfica de longa-metragem; B: aquisição de direitos de comercialização de obras cinematográficas de longa-metragem; e C: Comercialização de Obras Cinematográficas Brasileiras de Longa-Metragem no Mercado de salas de cinema das chamadas públicas do Fundo Setorial do Audiovisual, lançadas em 2008 e em 2009, foram apoiadas por intermédio deste Programa.

**Objetivo**

Fomentar projetos de produção independente, distribuição, comercialização e exibição por empresas brasileiras.

**Instrumento legal**

- Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006

**Data de início**

28/12/2006

**Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

A partir da criação da Ancine e de sua consolidação, o Prodecine foi elaborado para o atendimento às necessidades do cinema nacional, destinando recursos do Fundo Setorial do Audiovisual para apoiar as diversas etapas da produção cinematográfica de filmes de longa-metragem.

**Resultados**

Dos 33 filmes apoiados pelo Prodecine, seis já estrearam. Os resultados dessas linhas são os apresentados na Tabela 13.

## INDICADORES DE DESEMPENHO DOS FILMES LANÇADOS: CHAMADAS DE 2008 DO FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL (FSA)

Filme	Linhas	Data de lançamento	Distribuidora	Cópias	Salas	Semanas de exibição	Renda acumulada (R\$)	Público acumulado	PMI (R\$)	Público/Sala	Público/Cópia
Do começo ao fim	A	21/9/2009	DTF/Rio Filmes	9	9	17	779.925,00	85.844	9,09	9.538	9.538
Besouro	A	30/10/2009	Disney	145	145	12	3.726.595,00	459.632	8,11	3.170	3.170
Histórias de amor...	A	12/3/2010	DTF/Rio Filmes	6	10	6	84.518,00	9.950	8,49	995	1.658
Insolação	A	23/3/2010	Europa	3	3	3	18.811,00	2.599	7,24	866	866
Chico Xavier	A	2/4/2010	DTF Sony	327	388	11	30.272.379,00	3.409.686	8,88	8.788	10.427
5 x Favela	Z	27/8/2010	Sony/Rio F	40	43	2	562.279,00	61.314	10,77	1.426	1.533

## Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro (Prodav)

O Prodav apoia o fomento aos outros segmentos do mercado audiovisual. A linha B (produção independente de obras audiovisuais para a televisão), das Chamadas Públicas do Fundo Setorial do Audiovisual, lançadas em 2008 e 2009, foi financiada por meio deste Programa.

### Objetivo

Fomentar projetos de produção, programação, distribuição, comercialização e exibição de obras audiovisuais brasileiras de produção independente.

### Instrumento legal

- Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006

### Data de início

28/12/2006

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A partir da criação da Ancine e de sua consolidação, o Prodav foi elaborado para o atendimento às necessidades dos diversos setores da produção audiovisual nacional voltados à televisão, destinando recursos do Fundo Setorial do Audiovisual para apoiar as diversas etapas da produção.

### Resultados

Os programas de televisão apoiados com recursos do Prodav ainda não estrearam. Eles estão apresentados na Tabela 14, a seguir.

#### INVESTIMENTOS DO FSA

Título do projeto	Proponente	Investimento FSA (R\$)
Arte Popular do Brasil	Polo de Imagem Ltda.	1.169.080,00
História do Brasil	Conspiração Filmes Entretenimento Ltda.	600.000,00
Bom dia, Arqueologia	HKauffmann Produções de Imagens Ltda.	492.284,00
Curiosidade animal	Bossa Nova Films Criações e Produções Ltda.	442.840,00
As traças	Aiupa Brasil Produções Ltda.	421.674,80
<b>Total</b>		<b>3.125.878,80</b>

## Fundo Setorial do Audiovisual

O Fundo Setorial do Audiovisual, categoria de programação específica do Fundo Nacional da Cultura, é destinado ao desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva do audiovisual, à ampliação e diversificação da infraestrutura de serviços e de salas de exibição, ao fortalecimento da pesquisa e da inovação, ao crescimento sustentado da participação de mercado do conteúdo nacional e ao desenvolvimento de novos meios de difusão da produção audiovisual brasileira. Seus recursos são oriundos da própria atividade econômica, de contribuições recolhidas pelos agentes do mercado, principalmente da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, das receitas decorrentes da não aplicação de incentivos fiscais e das receitas decorrentes de aplicações financeiras.

O Fundo Setorial de Incentivo à Inovação Audiovisual, nesse contexto, tem cinco linhas de apoio: Fomento à Produção Audiovisual e ao Desenvolvimento de Projetos e Processos Criativos; Organização e Distribuição de Conteúdos Audiovisuais; Pesquisa, Educação e Criação; Promoção e Acesso a Conteúdos Audiovisuais; Infraestrutura Audiovisual.



### Objetivos

- Incrementar o apoio ao fortalecimento da pesquisa e da inovação, a cooperação entre os diversos processos da cadeia produtiva do audiovisual em suas mais variadas linguagens.
- Ampliar e diversificar a infraestrutura de serviços para produção, difusão, capacitação, formação e preservação do audiovisual.
- Fortalecer a regionalização, a sustentabilidade/perenidade das ações, o intercâmbio, a integração e a participação internacional do audiovisual brasileiro, com vistas ao pleno exercício da diversidade cultural.
- Desenvolver novos modelos de negócios, de produção, de formatos, de plataformas de difusão e de tecnologias inovadoras para o audiovisual.
- Disponibilizar, por meio de agentes financeiros, recursos para o setor audiovisual, mediante a participação no capital de empresas e em projetos.

### Instrumento legal

- Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006
- Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007

### Data de início

4/12/2008

### Modelo de gestão

É gerido por um Comitê Gestor, formado por representantes do Ministério da Cultura, da Ancine, da instituição financeira credenciada e do setor audiovisual.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

No cenário contemporâneo das indústrias criativas, os bens e serviços audiovisuais passam a ter posição estratégica no desenvolvimento econômico, social e simbólico das nações emergentes, uma vez que passam a abranger as novas tecnologias, formas de comunicação, os novos modelos de formatos, de negócios e conteúdos.

À medida que o audiovisual abrange outros campos anteriormente não abordados e a convergência tecnológica vem, progressivamente, aproximando campos distintos da produção de conteúdos audiovisuais, especialmente nas mídias tradicionais, cinema e a televisão, mas também nas chamadas “novas mídias”, o termo audiovisual amplia-se em conceito e em possibilidades. O audiovisual precisa de ações que potencializem a inovação de linguagens e permitam exercer a sua condição de atividade artística que prima pela fusão das várias áreas, a convergência não só tecnológica, mas também de linguagens. Abrangendo, portanto, o cinema, a televisão, a produção radiofônica, o vídeo, a animação, os jogos eletrônicos em interação com a literatura, a encenação, a música, a fotografia, a dança, dentre outros.

Nesse contexto, o Fundo Setorial do Audiovisual tem-se apresentado como um marco na política pública de fomento à indústria cinematográfica e audiovisual no País, ao inovar quanto às formas de estímulo estatal e à abrangência de sua atuação, por contemplar atividades associadas aos diversos segmentos da cadeia produtiva do setor, mediante a utilização de diferentes instrumentos financeiros.

### Resultados

O Fundo Setorial do Audiovisual tem seus resultados divididos pelos diferentes programas que recebem recursos dele provenientes. As previsões orçamentárias do Fundo, bem como os orçamentos executados e as transferências para os dois agentes financeiros para operá-lo, são os seguintes, constantes da Tabela 15.

## RESUMO FINANCEIRO DO FSA (EM R\$)

Ano	Arrecadação total	Orçamento	Executado	Repassado FINEP	Repassado BNDES	Despesas administrativas
2006	47.115.400,07					
2007	99.519.452,92	37.963.007,00	36.529.775,00	36.529.775,00		
2008	239.831.883,11	56.160.628,00	54.570.828,24	54.570.828,24		
2009	163.648.995,00	98.873.496,00	98.217.890,01	53.665.457,34	39.281.100,66	271.332,01
2010		64.965.779,00				

### Prêmio Adicional de Renda (PAR)

O PAR foi criado com o objetivo de valorizar o desempenho das empresas produtoras brasileiras no mercado de salas, induzir as distribuidoras brasileiras independentes a trabalharem com o filme brasileiro e estimular as empresas exibidoras a exibirem mais filmes brasileiros pelo maior tempo possível.

#### Objetivos

- Apoiar financeiramente a indústria cinematográfica brasileira.
- Valorizar o desempenho de mercado de empresas nacionais produtoras, distribuidoras e exibidoras de longas-metragens. Os recursos do Prêmio devem ser utilizados, necessariamente, no fomento das atividades cinematográficas brasileiras, retroalimentando toda a cadeia produtiva.

#### Data de início

11/11/2005

#### Instrumento legal

- Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001
- Instrução Normativa nº 44, de 11 de novembro de 2005 e ulteriores alterações

#### Modelo de gestão

Verifica-se o desempenho das empresas no mercado de salas de exibição no ano anterior, segundo parâmetros pré-definidos, e a partir destes, são premiadas as empresas que atingiram os patamares mínimos estabelecidos e que tenham cumprido com as suas obrigações. As empresas contempladas devem direcionar o apoio financeiro concedido para novos projetos, conforme a área em que atuam. As empresas produtoras podem investir em desenvolvimento de projetos, complementação de recursos para filmagem e/ou finalização. As distribuidoras podem destinar os recursos para desenvolvimento de projetos, aquisição de direitos de distribuição com utilização dos recursos na produção da obra e/ou comercialização de obras já produzidas. As empresas exibidoras, por sua vez, podem aportar o valor da premiação em automação de bilheteria, infraestrutura das salas, complementação de renda para abertura de novas salas, aquisição de equipamentos digitais e/ou projetos de formação de público para o cinema brasileiro.

#### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Diferencia-se dos demais mecanismos porque fornece um valor financeiro prévio para futura alocação em novos projetos e ações das empresas.

#### Resultados

Entre 2005 e 2010, foram investidos R\$ 46,8 milhões em premiação. Em 2005, 20 empresas receberam um total de R\$ 4.162.000,00. Em 2006, o prêmio se destinou a 38 empresas, com R\$ 7,5 milhões de recursos. Foram 53 empresas contempladas, em 2007, correspondendo a um investimento realizado de R\$ 8.380.065,00; 67 empresas, em 2008, correspondendo a um

investimento de R\$ 8.115.909,00; 68 empresas, em 2009, receberam um investimento de cerca de R\$ 9,3 milhões; e, para 2010, foram contempladas 81 empresas, replicando o investimento de R\$ 9,3 milhões.

Ressalte-se, também, que em cada uma das três áreas da cadeia produtiva, esse prêmio tem que ser reinvestido na própria atividade, seja na finalização de produções, na distribuição/comercialização por meio da aquisição dos direitos de distribuição ou em investimentos na infraestrutura das salas de exibição.

Os prêmios do PAR são reinvestidos em novos projetos audiovisuais indicados pelos vencedores. De 2005 a 2009, cerca de 120 projetos de abertura /modernização de salas de cinema foram beneficiados, assim como mais 100 projetos de distribuição de filmes nacionais.

## Programa Ancine de Incentivo à Qualidade do Cinema (PAQ)

- Concede apoio financeiro às empresas produtoras, em razão da premiação ou indicação de longas-metragens brasileiros, de produção independente, em festivais nacionais e internacionais.
- Apóia financeiramente o filme de longa-metragem selecionado anualmente para representar o Brasil na disputa pelas indicações de Melhor Filme em Língua Estrangeira, em premiação anual promovida pela *Academy of Motion Pictures Arts and Sciences* – Oscar, com vistas à fase inicial da campanha de divulgação ou pré-nominação.

### Objetivos

- Contribuir na ampliação da visibilidade do cinema brasileiro no exterior.
- Valorizar o desempenho dos longas-metragens de produção independente em festivais nacionais e internacionais.
- Contribuir na ampliação da visibilidade do cinema brasileiro no exterior.

### Instrumentos legais

- Instrução Normativa nº 56, de 25 de setembro de 2006, e ulteriores alterações Portaria da Ancine nº 280, de 7 de novembro de 2008
- Medida Provisória nº 2.228-1/2001

### Data de início

26/9/2006

### Resultados

Entre 2006 e 2010, cerca de R\$ 3,8 milhões foram destinados a 31 empresas contempladas pelo PAQ. Foram 12 projetos premiados, em 2006, correspondendo a R\$ 1,2 milhão; cinco, em 2007, para um montante aproximado de R\$ 500 mil; em 2008, 2009 e 2010 foram destinados cerca de R\$ 700 mil anuais para sete projetos, por período.

Concedeu apoio financeiro no valor de R\$ 150 mil ao filme *Salve Geral*, produção brasileira escolhida para representar o Brasil na disputa pelas indicações de Melhor Filme em Língua Estrangeira na 82ª Premiação Anual do Oscar 2010. O apoio financeiro foi concedido com vistas à fase inicial da campanha de divulgação, chamada de pré-nominação, importante para dar visibilidade suficiente para o filme tentar vencer a primeira etapa de seleção da Academia e integrar a lista dos cinco nominados.

## Programa de Fomento à Promoção de Obras Audiovisuais Cinematográficas Brasileiras de Longa-Metragem

Promoção de obras audiovisuais mediante a aquisição de cópias dos primeiros sete filmes contemplados no Programa Ancine de Incentivo à Qualidade do Cinema Brasileiro e os 20 filmes de maior bilheteria no ano, para distribuição gratuita aos poderes Executivo e Legislativo, festivais nacionais e internacionais, entidades com a finalidade educacional e outras sem natureza comercial, na forma especificada pela diretoria colegiada da Ancine.

### Objetivo

- Promover o exercício de direitos culturais e o acesso às fontes de cultura nacional pela população, por meio da inclusão social.
- Promover o conhecimento das obras audiovisuais enquanto bens e valores da cultura brasileira.

- Estimular a participação das obras audiovisuais brasileiras no mercado interno.

#### **Instrumento legal**

- Instrução Normativa nº 83, de 26 de junho de 2009

#### **Data de início**

26/6/2009

#### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

O Programa foi criado para disponibilizar obras audiovisuais, especialmente no mercado interno, mediante a aquisição de mil cópias em DVD dos primeiros sete filmes contemplados no Programa Ancine de Incentivo à Qualidade do Cinema Brasileiro e dos 20 filmes de maior bilheteria no PAR – categoria empresas produtoras – para distribuição gratuita das cópias dos filmes aos poderes Executivo e Legislativo, festivais nacionais e internacionais, entidades com a finalidade educacional e outras sem natureza comercial, na forma especificada pela diretoria colegiada da Ancine.

A quantidade poderá ser aumentada ou reduzida em até 50%, a critério da diretoria colegiada, e a depender da disponibilidade orçamentária da Ancine. A distribuição dos DVDs poderá ser acompanhada de divulgação nos meios de comunicação social e nos pertinentes segmentos de mercado da indústria audiovisual brasileira, bem como o material pertinente à distribuição dos filmes e dependendo da disponibilidade orçamentária da Ancine.

#### **Resultados**

Na primeira edição do Programa de Fomento, foram beneficiadas 103 obras, contempladas no PAR 2005-2009 e PAQ 2006-2009.

## **MARCOS LEGAIS**

#### **Procultura**

- PL nº 6722/2010: institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura e dá outras providências.

#### **Plano Nacional de Cultura**

- PL nº 6835/2006 na Câmara dos Deputados e PLC nº 56/2010 no Senado Federal: institui o Plano Nacional de Cultura.

#### **Vale Cultura**

- PL nº 5798/2009 na Câmara dos Deputados e PLC nº 221/2009 no Senado Federal: institui o Programa de Cultura do Trabalhador, cria o Vale Cultura e dá outras providências.

#### **Sistema Nacional de Cultura**

- PEC nº 416/2005: acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura.

#### **Cultura como Direito Social**

- PEC nº 49/2007: inclui a cultura como direito social do cidadão. Altera a Constituição de 1988.

#### **Destinação de recursos à cultura**

- PEC nº 324/2001 e PEC nº 150/2003: acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal, para destinação de recursos à cultura. A União aplicará, anualmente, nunca menos de 2%, os estados e o Distrito Federal, 1,5%, e os municípios, 1% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na preservação do patrimônio cultural brasileiro e na produção e difusão da cultura nacional.

### PEC da Música

- PEC nº 98/2007: acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil, contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.

### Pré-Sal

- PL nº 5940/2009 na Câmara e PLC nº 07/2010 no Senado Federal: cria o Fundo Social (FS) e dá outras providências. Inclui a cultura como beneficiária dos recursos do fundo.

### TV por assinatura

- PL nº 29/2007 na Câmara e PLC nº 116/2010 no Senado - Nova lei da TV por assinatura: dispõe sobre a organização e exploração das atividades de comunicação social eletrônica e dá outras providências.

### Cinema Perto de Você

- MPV nº 491/2010 do Poder Executivo: institui o Programa Cinema Perto de Você e dá outras providências.

### Decretos

- Decreto nº 5.753 de 12 de abril de 2006: promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003.
- Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007: institui o Programa Mais Cultura.

## GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O desafio central nos oito anos do atual Governo, no campo da cultura, foi democratizar o Estado por meio do fortalecimento das relações federativas e da implementação de mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas.

A sequência de encontros do Seminário Cultura para Todos, em 2003, foi o primeiro esforço de mobilização do Governo, reunindo mais de 30 mil pessoas na discussão dos rumos das políticas culturais em todo o País.

A I Conferência Nacional de Cultura (CNC), em 2005, articulou União, estados, municípios e a sociedade civil em torno da constituição do novo modelo de gestão para a área. A plenária nacional contou com cerca de 1,3 mil ativistas culturais.

A II CNC atingiu novo patamar. A soma de suas etapas reuniu quase 230 mil participantes, de todos os estados e de 3.216 municípios (um aumento de 170% em relação à primeira). Novidade dessa edição, as pré-conferências setoriais, além de deliberar no âmbito de 19 áreas da cultura, estimularam a participação de artistas e produtores, preservando a diversidade da cultura dentro da Conferência e proporcionando uma visão precisa sobre cada área.

O projeto de lei do Plano Nacional de Cultura (PNC), política de planejamento de médio e longo prazo para a cultura, resultou da parceria entre os poderes Executivo e Legislativo e do diálogo de cinco anos com setores culturais e sociedade civil. O tema foi debatido em seminários estaduais, reunindo mais de cinco mil pessoas, e permaneceu aberto a sugestões em fórum virtual, para a consolidação do projeto final.

O CNPC surgiu em agosto de 2005 com a finalidade de propor a formulação de políticas públicas que promovam a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada. Visa ao desenvolvimento e ao fomento das atividades culturais no território nacional. Sua estrutura é formada por 58 titulares, com direito a voz e voto, representantes do poder público das áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural, além de membros de entidades de pesquisa, acadêmicas, empresariais, institutos e fundações.

Para elaborar a proposta de lei de modernização do Direito Autoral, o Governo realizou, em 2006 e 2007, o Seminário Nacional dos Direitos Autorais e tornou disponível, por meio do mecanismo de consulta pública, uma minuta do projeto para debate público.

As trocas de ideias em todo o País, para discutir a ampliação e a qualificação do acesso aos recursos para o setor cultural, demandaram um novo modelo de fomento e financiamento da cultura. O Procultura, proposta de reformulação da Lei Rouanet, foi disponibilizado para a consulta pública e envolveu milhares de pessoas em um amplo debate sobre os rumos da política cultural.

## Modelo de gestão

No setor cultural, o Governo Federal, seguindo o princípio administrativo da descentralização, por meio de articulação com os demais entes federados, construiu uma lógica de ação do Estado visando às iniciativas de interesse conjunto, convergente no âmbito da cooperação, do auxílio ou da assistência financeira. Essa construção coletiva, gerada com o diálogo, resultou em definição de metas considerando as especificidades regionais e objetivou a descentralização das ações governamentais no País.

Em diversas ações, o Governo atuou transversalmente no campo cultural, por meio de acordos, contratos de repasse, destaques orçamentários, com parceiros institucionais, como Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil, ministérios das Cidades, Comunicações, Educação, Justiça, Saúde, Desenvolvimento Agrário, dentre outros.

No Pontos de Cultura, utilizou-se a noção de gestão compartilhada e transformadora, na qual os representantes de diversos pontos participam da implantação das ações do Programa em reuniões de planejamento, discussão sobre ações específicas, seleção de novos espaços e na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

No âmbito do mecenato (regulado pela Lei Rouanet), com base em isenção fiscal a empresas, é permitida a aplicação de parte do imposto de renda devido em projetos culturais, por meio de uma autorização para captação de patrocínios. Como contrapartida, as empresas patrocinadoras têm sua marca incorporada aos produtos e serviços gerados.

Nas políticas de editais, a execução é feita ou de forma direta (prêmios, bolsas) ou de forma indireta, por meio de seleção de projetos que serão agraciados mediante a formalização de convênios, termos de parceria e congêneres com entidades privadas sem fins lucrativos (associações, ONGs, Oscips) ou entidades públicas dos municípios e estados da Federação.

Observatório dos Editais - As seleções públicas por meio de editais e concursos são transparentes e amplamente divulgadas no Diário Oficial da União, em sites, em grupos de discussões da web, em jornais de grande circulação, emissoras públicas e privadas de rádio. Devido à demanda por informações, foi criada uma área para divulgação e monitoramento das seleções públicas do Ministério da Cultura e de suas instituições vinculadas, que realiza também ações na regulação, avaliação e articulação das políticas de seleções públicas da área de cultura. Os editais ficam reunidos no endereço eletrônico [www.cultura.gov.br/editais](http://www.cultura.gov.br/editais) e todas as etapas da seleção podem ser acompanhadas pela internet.

Além do acima descrito, cabe registrar que os conselhos municipais e estaduais de cultura, o CNPC e as conferências municipais, estaduais e nacionais de cultura também funcionam como instâncias de controle social.

# INDICADORES AGREGADOS DE RESULTADO

## NÚMEROS DA CULTURA

Segundo dados do IBGE (2010), entre 2006 e o primeiro semestre de 2010, o País apresentou um crescimento de mais de 120% no número de secretarias municipais exclusivamente voltadas para a Cultura. Há quatro anos, eram 236 secretarias, hoje são 521 municípios com essa estrutura.

Em alguns estados, o percentual de novas secretarias de Cultura é bem grande. Destacam-se Tocantins, que aumentou em 550% o número de secretarias municipais, Piauí (375%), Maranhão (216%), Espírito Santo (200%) e Bahia (225%).

Em âmbito nacional, houve grande expansão do número de cidades atendidas pelos conselhos municipais de Cultura. Estão presentes em quase um quarto dos municípios brasileiros (1.169).

Em 2001, 13,2% dos municípios tinham conselhos municipais de cultura, proporção que atinge 24,7%, em 2009. O crescimento é verificado, principalmente, ao final desse período, sendo que apenas no ano de 2007 foram criados conselhos municipais de cultura em 3,7% dos municípios.

Outro salto importante foi o estabelecimento de legislações que amparem a proteção do patrimônio cultural. Nos quatro últimos anos, o número de municípios com esse tipo de legislação cresceu de 1.049 para 1.618, um incremento de 46%.

Nos 1.618 municípios com legislações municipais de proteção ao patrimônio cultural, 96,4% dessas legislações se referiam ao patrimônio material e 24,8% delas tratavam, também, do patrimônio imaterial (conhecimentos, processos de saber e fazer, rituais, festas, ritmos, literatura oral, etc.).

A expansão das unidades de ensino superior pelos municípios brasileiros é outra constatação importante da pesquisa. Entre 2001 e 2009, o percentual de municípios com entidades universitárias praticamente dobrou. O crescimento foi de 95,4%.

O aumento do número de teatros e salas de espetáculo também é bastante representativo. Dados do IBGE apontam um salto de 54%, no período.

Depois da crise nas salas de cinema, o número de salas de exibição também voltou a apresentar crescimento. Em 2001, apenas 7,5% dos municípios contavam com salas de cinema. No final de 2009, 9,1% das cidades contavam com esse equipamento público. O crescimento foi de 26,4%.

Os provedores de internet são o equipamento que obteve o crescimento mais significativo (239%) nos municípios, o que está em consonância com o aumento de acesso à rede mundial do ponto de vista do usuário, tanto no domicílio quanto no ambiente de trabalho.

De acordo com o Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, encomendado pelo Governo Federal à Fundação Getúlio Vargas, 79% dos municípios possuíam ao menos uma biblioteca aberta em 2009.

O Brasil tem cerca de 2,8 mil museus, distribuídos em 19,9% dos municípios, de acordo com o Cadastro Nacional de Museus.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Cultura. *Programa Mais Cultura - Implantação de espaços Mais Cultura - Mobilização Social no Canteiro Mais Cultura*. Brasília: MinC, abr. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Informações Básicas Municipais*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1\\_perfil.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1_perfil.shtm)>. Acesso em: 20 out. 2010.
- INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da Leitura*. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.o/texto.asp?id=658>>. Acesso em: 20 out. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. *Base de Dados de Consumo Cultural*. Rio de Janeiro, 2006.
- IPEA. *Brasil em desenvolvimento: avaliação do Programa Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva*. 2009.

